



**CARTA DE
CONJUNTURA DA USCS**



**CARTA DE
CONJUNTURA DA USCS**



OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, EMPREENDEDORISMO E CONJUNTURA DA USCS

Sob a Direção da Pró-Reitoria de Graduação e da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, o Observatório, formado por professores e alunos da USCS, tem como objetivo elaborar e publicar, periodicamente, notas técnicas no campo das Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura.

Expediente

Reitor: Prof. Dr. Marcos Sidnei Bassi

Pró-Reitora de Pós-Graduação: Prof^ª. Dr^ª. Maria do Carmo Romeiro

Pró-Reitor de Graduação: Prof. Dr. Leandro Campi Prearo

Coordenação:

Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Prof. Me. Francisco Rozsa Funcia

Prof. Me. José Carlos Garé

Equipe Técnica:

Doutorando Álvaro Francisco Fernandes Neto

Doutorando André Ximenes de Melo

Doutorando Antônio Aparecido de Carvalho

Graduanda Beatriz Tauany Silva – LAAND

Bianca Martins dos Santos – LAAND

Prof. Mestrando Daniel Giatti

Prof. Me. Daniel Vaz

Graduanda Dariane Beatriz Marino Cardoso – LAAND

Prof. Dr. Eduardo de Camargo Oliva

Prof. Doutorando Francisco Rozsa Funcia

Mestranda Gisele Yamauchi

Mestrando Gustavo Kaique Araújo Monea

Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Prof. Me. José Carlos Garé

Prof. Dr. José Turíbio de Oliveira

Graduanda Julia Fontanezzi Sacramento Veltri Costa – LAAND

Doutoranda Maria do Socorro Souza

Graduanda Maria Eduarda Amaral Vieira – LAAND

Prof. Dr. Milton Farina

Me. Paulo Roberto Silva - ITESCS

Graduando Rafael Fassina – LAAND

Doutorando Ricardo Makoto Kawai

Doutorando Rubens Topal de C. Bastos

Mestranda Sandra Collado

Prof. Me. Volney Gouveia

Comunicação:

Prof. Me. Luciano Cruz

Assessoria de Imprensa:

Ana Paula Lazari Ferreira

Marketing:

Alan de Almeida Matias

Renata Ezellner Miquilim

Carta online:

Ana Paula Lazari Ferreira

Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura – CONJUSCS
Universidade Municipal de São Caetano do Sul

Avenida Goiás, 3400 – Bairro Barcelona

São Caetano do Sul – SP

Telefone: 4239-3233

E-mail: imprensa@uscs.edu.br

SUMÁRIO

O OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, EMPREENDEDORISMO E CONJUNTURA DA USCS	6
--	----------

1. PERSPECTIVAS DO FINANCIAMENTO DAS DESPESAS MUNICIPAIS COM SAÚDE NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA À LUZ DAS REGRAS DA EMENDA CONSTITUCIONAL 95/2016.....	7
---	----------

Francisco R. Funcia

2. INFLAÇÃO: OS IMPACTOS NAS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS E SEUS REFLEXOS NA ATIVIDADE DO PAÍS E DO GRANDE ABC PAULISTA	11
---	-----------

José Carlos Garé

3. O VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA DO GRANDE ABC PAULISTA E A ATUAL RETRAÇÃO CÍCLICA DA ECONOMIA	16
---	-----------

*Jefferson José da Conceição
Gisele Yamauchi*

4. A COMPLEXIDADE TECNOLÓGICA DAS EXPORTAÇÕES DO GRANDE ABC PAULISTA	22
---	-----------

*Jefferson José da Conceição
Gisele Yamauchi
Gustavo Kaique de Araújo Monea*

5. FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS NO GRANDE ABC PAULISTA ENTRE 2015 E 2017.....	26
--	-----------

*Jefferson José da Conceição
Sandra Collado*

6. A REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA E O MERCADO DE CAPITAIS.....	29
--	-----------

Ricardo Makoto Kawai

7. FORMAÇÃO DE NÍVEL TÉCNICO NO GRANDE ABC PAULISTA.....	32
---	-----------

*Maria do Socorro de Souza
Rubens Topal de C. Bastos*

8. FORMAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA.....	35
--	-----------

Maria do Socorro de Souza

9. GESTÃO DE RISCOS (RISK MANAGEMENT) E SUAS APLICAÇÕES NA GESTÃO CONTEMPORÂNEA: SUBSÍDIO PARA O DEBATE ENTRE AS EMPRESAS DO GRANDE ABC PAULISTA	37
---	-----------

*Eduardo de Camargo Oliva
José Turíbio de Oliveira*

10. “SMART CITIES” E INVESTIMENTO PRIVADO NA “INDÚSTRIA 4.0” DO GRANDE ABC PAULISTA.....	40
---	-----------

Daniel Vaz

11. A FORÇA AÉREA BRASILEIRA E O PROJETO GRIPEN: POTENCIAL E DESAFIOS DO GRANDE ABC PAULISTA PARA PROMOVER EMPREGO E RENDA.....	43
--	-----------

Volney Gouveia

12. PERFIL DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS NO GRANDE ABC PAULISTA..	47
<i>Jefferson José da Conceição</i>	
<i>Gisele Yamauchi</i>	
13. CARACTERÍSTICAS DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS DO GRANDE ABC PAULISTA	49
<i>Álvaro Francisco Fernandes Neto</i>	
<i>Antônio Aparecido de Carvalho</i>	
14. O ECOSSISTEMA DE STARTUPS NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA	54
<i>Paulo Roberto Silva (Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul- ITESCS)</i>	
15. CONSUMO DE CARNE NO BRASIL E NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA.....	57
<i>André Ximenes de Melo</i>	
16. PERFIL DOS PESCADORES DA COLÔNIA DE PESCA Z1 DO RESERVATÓRIO BILLINGS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO EM RELAÇÃO À DOR CRÔNICA OCUPACIONAL	61
<i>Beatriz Tauany Silva</i>	
<i>Dariane Beatriz Marino Cardoso</i>	
<i>Bianca Martins dos Santos</i>	
<i>Julia Fontanezzi Sacramento Veltri Costa</i>	
<i>Maria Eduarda Amaral Vieira</i>	
<i>Rafael Fassina</i>	
INDICADORES INPES:	
INDICADORES DA PESQUISA SOCIOECONÔMICA DO GRANDE ABC INPES/USCS (2009-2017)	64

O OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, EMPREENDEDORISMO E CONJUNTURA DA USCS

Temos a satisfação de lançar a 2ª Carta de Conjuntura do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS).

O Observatório é formado por professores e alunos doutorandos e mestrandos da USCS e está diretamente ligado à Pró-Reitoria de Graduação e à Pró-Reitoria de Pós-Graduação.

Entre os objetivos da USCS com o Observatório está o de elaborar e publicar, periodicamente, notas técnicas no campo das Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura, reunidas em formato de “Cartas de Conjuntura da USCS”.

As notas técnicas têm a finalidade de levantar, mensurar e comentar, sinteticamente, fenômenos econômicos, sociais, tecnológicos, urbanos e de gestão relacionados sobretudo à Região do Grande ABC Paulista.

Em função do sucesso da primeira Carta de Conjuntura da USCS, lançada em março deste ano, esta segunda já conta com 16 notas técnicas (a primeira carta abrangeu 9 notas técnicas). Para os interessados em ter acesso também à 1ª Carta de Conjuntura, fornecemos um link ao final desta 2ª Carta.

Outro avanço importante, verificado entre a 1ª e a 2ª Carta de Conjuntura, foi a aceitação pelo CNPQ dos membros do Observatório como grupo de pesquisa.

Assim, retomando aos objetivos da USCS com o Observatório, podemos enumerar os seguintes:

- Estimular a produção de estudos e pesquisas de professores e alunos da USCS sobre a realidade contemporânea, em particular da Região do Grande ABC Paulista;
- Elaborar análises conjunturais envolvendo diversas áreas do conhecimento;
- Aproximar o ambiente de pesquisa entre a Pós-Graduação e a Graduação;
- Contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas e privadas, em especial na Região do Grande ABC Paulista.

Neste sentido, estamos felizes pelos primeiros passos dados.

Coordenação do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS.

Mai de 2018.

1. PERSPECTIVAS DO FINANCIAMENTO DAS DESPESAS MUNICIPAIS COM SAÚDE NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA À LUZ DAS REGRAS DA EMENDA CONSTITUCIONAL 95/2016

Francisco R. Funcia

Resumo Executivo

O financiamento do SUS já foi prejudicado em 2017, primeiro ano da vigência plena das regras do teto (limite máximo) das despesas primárias do governo federal estabelecido pela Emenda Constitucional 95/2016, com o objetivo de realocar recursos para priorizar o pagamento dos juros e da amortização da dívida pública federal (conforme explicitado na mensagem da respectiva Proposta de Emenda Constitucional encaminhada pelo Poder Executivo Federal à Câmara Federal em meados do mês de junho de 2016). Foi possível observar uma queda na participação federal no financiamento das despesas municipais de saúde no Estado de São Paulo, na Região Sudeste e no Brasil em 2017, bem como em três dos sete municípios da Região do Grande ABC Paulista. Mas, como aproximadamente 2/3 do orçamento do Ministério da Saúde são transferências do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, diante das projeções do IPEA de redução de recursos federais para o SUS de no mínimo R\$ 400 bilhões até 2036 (conforme o cenário de projeção), com a consequente redução do gasto consolidado (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) em saúde pública no Brasil de 3,9% do PIB para 3,3% do PIB, abaixo dos padrões internacionais de referência (a partir de 7,9% do PIB), a tendência é de redução da participação federal no financiamento das despesas municipais de saúde não somente na Região do Grande ABC Paulista, mas no Brasil. Como a aplicação municipal em saúde já está muito acima do mínimo legal de 15% da receita base de cálculo e como os efeitos negativos da Emenda Constitucional 95/2016 atingem o financiamento de todas as políticas sociais, não há margem para os municípios alocarem recursos adicionais para compensar a queda federal no financiamento do SUS, o que resultará no redimensionamento de serviços e fechamento de unidades de saúde, portanto, com crescente deterioração do atendimento às necessidades de saúde da população.

O objetivo desta nota é avaliar as possíveis consequências da “regra do teto” de despesas primárias federais estabelecidas pela Emenda Constitucional 95/2016 para o financiamento municipal das ações e serviços de saúde na Região do Grande ABC Paulista.

Segundo essa regra, as despesas primárias federais pagas anualmente (até 2036) ficam limitadas a um teto correspondente ao valor de 2016 corrigidas pela variação anual do IPCA/IBGE. Quanto às despesas com saúde e educação, a EC 95/2016 alterou também a regra anterior dos respectivos pisos – no caso da saúde, o piso não está mais vinculado a 15% da receita corrente líquida de cada ano, mas sim ao valor de 15% da receita corrente líquida de 2017 corrigido pela variação anual do IPCA/IBGE até 2036.

Em outros termos, nenhum centavo adicional de receita que ocorrer nos próximos anos (até 2036) será alocado para o financiamento dos gastos crescentes do SUS decorrentes do crescimento e do envelhecimento da população e da incorporação tecnológica de novos medicamentos e equipamentos para a atenção à saúde.

Com isso, o “subfinanciamento” crônico do SUS, que pode ser verificado pela comparação internacional

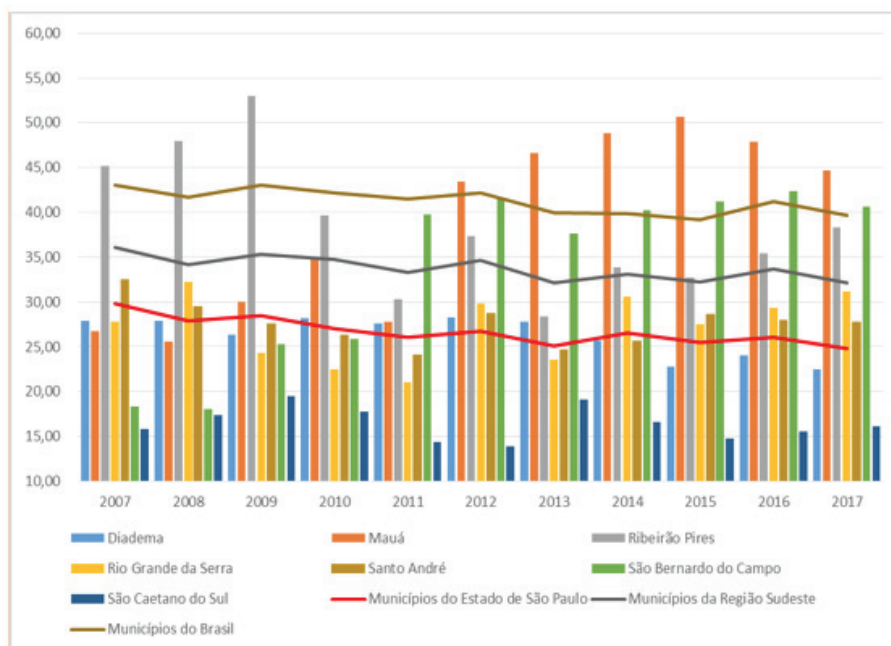
(3,9% do PIB no Brasil contra 7,9% do PIB na Grã-Bretanha), será agravado pelo “desfinanciamento” que ocorrerá como consequência da EC 95/2016. Segundo estudos do IPEA, que elaborou diferentes cenários de projeção, as perdas serão superiores a R\$ 400 bilhões até 2036. Em decorrência disso, a participação federal no financiamento do SUS será reduzida da média de 1,7% do PIB dos últimos 18 anos para 1,1% do PIB. Ou seja, cairá o gasto consolidado (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) em saúde de 3,9% do PIB para 3,3% do PIB, distanciando ainda mais o SUS dos padrões internacionais para serviços de saúde com acesso universal.

O artigo 196 da Constituição Federal determina que: “A saúde é direito de todos e dever do Estado...”. Esse é o marco legal-constitucional do Sistema Único de Saúde (SUS), cujos princípios são a universalidade, equidade, integralidade, descentralização (com comando único em cada esfera de governo) e participação da comunidade (materializada legalmente pelas conferências de saúde e pelos conselhos de saúde, instâncias máximas de deliberação do SUS, envolvendo tanto as proposições e diretrizes das políticas de saúde, como o monitoramento e fiscalização com emissão de parecer conclusivo dos relatórios anuais de prestação de contas da gestão de saúde em cada esfera de governo).

O financiamento do SUS é tripartite, ou seja, de responsabilidade dos governos federal, estadual e municipal. No que se refere ao financiamento municipal do SUS, uma parte é realizada com recursos próprios de cada ente da Federação e outra parte com as transferências recebidas dos Fundos Estaduais e, principalmente, do Fundo Nacional de Saúde. Cerca de 2/3 do orçamento do Ministério da Saúde são transferências para Estados e Municípios para o financiamento da Atenção Básica, Média e Alta Complexidade, Assistência Farmacêutica, Vigilância em Saúde, Gestão do SUS e Investimentos.

O Gráfico 1 ilustra a situação do financiamento do SUS oriundo das transferências fundo a fundo recebidas pelos municípios da Região do Grande ABC Paulista, em comparação com as situações municipais consolidadas no Estado de São Paulo, na Região Sudeste e no Brasil.

Gráfico 1 - Participação das Transferências Fundo a Fundo do SUS no financiamento das Despesas Municipais de Saúde no período 2007-2017 (em %)



Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Fonte: Adaptado de <http://siops-asp.datasus.gov.br/CGI/tabcgi.exe?SIOPS/serhist/municipio/mIndicadores.def>

No período de 2007 a 2017, na Região do Grande ABC Paulista, é possível verificar as seguintes situações da participação das transferências fundo a fundo no total dos financiamentos das despesas municipais com saúde:

1. Aumento em quatro municípios: Mauá (de 26,8% para 44,7%); Rio Grande da Serra (de 27,8% para 31,2%); São Bernardo do Campo (de 18,3% para 40,6%); São Caetano do Sul (de 15,9% para 16,1%);
2. Redução em três municípios: Diadema (de 27,9% para 22,5%); Ribeirão Pires (de 45,2% para 38,3%); Santo André (de 32,5% para 27,8%);
3. Em 2017, o município que teve a maior participação de financiamento federal nas despesas totais com saúde foi Mauá (44,7%), enquanto o que teve a menor participação foi São Caetano do Sul (16,1%).

Nesse mesmo período, houve redução da participação das transferências fundo a fundo no total do financiamento das despesas municipais de saúde consolidadas no Estado de São Paulo (de 29,8% para 24,8%), na Região Sudeste (de 36,1% para 32,2%) e no Brasil (de 43,0% para 39,7%).

Os municípios brasileiros, entre eles os da Região do Grande ABC Paulista, poderão ter que alocar recursos próprios adicionais para compensar a tendência de queda da participação federal no financiamento do SUS. Isto resulta das três considerações seguintes:

- a. que, conforme apontado anteriormente, os estudos estimam que haverá redução na alocação de recursos federais para o financiamento do SUS até 2036, como efeito negativo da EC 95/2016;
- b. que aproximadamente 2/3 do orçamento do Ministério da Saúde referem-se às transferências do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Estaduais e Municipais de Saúde;
- c. que essa queda da participação federal no financiamento das despesas municipais de saúde está presente em 2017 (primeiro ano de vigência da EC 95/2016) em comparação a 2007.

Trata-se de uma “troca” que pode ser observada a partir dos crescentes percentuais de aplicação municipal em ações e serviços públicos de saúde com recursos próprios, conforme ilustra a Tabela 1.

É possível constatar que a aplicação em ações e serviços públicos de saúde pelos municípios da Região do Grande ABC Paulista, assim como a média das aplicações municipais no Estado São Paulo, na Região Sudeste e no Brasil, têm sido muito acima dos 15% estabelecidos pela Lei Complementar 141/2012.

Considerando o ano de 2017, exceto São Bernardo do Campo (que aplicou 24,2%), os demais municípios da Região do Grande ABC Paulista aplicaram em ações e serviços públicos de saúde com recursos próprios percentuais acima dos verificados em termos consolidados nos municípios do Estado de São Paulo, na Região Sudeste e no Brasil. O destaque em termos de aplicação com recursos próprios foi Diadema, com 39,4%, seguido por Rio Grande da Serra, com 29,5%. Mauá, Ribeirão Pires, Santo André e São Caetano do Sul aplicaram entre 25,5% e 26,9%.

Desta forma, é possível concluir que não há margem para ampliação da participação municipal no financiamento do SUS na Região do Grande ABC Paulista (bem como nos demais municípios do Estado de São Paulo,

da Região Sudeste e do Brasil) como forma de compensação da esperada queda da participação federal. Neste sentido, há risco concreto de fechamento de serviços e unidades de saúde diante do “desfinanciamento” projetado para o SUS como consequência da EC 95/2016, com graves repercussões para o atendimento das necessidades de saúde da população, o que representará descumprimento do princípio constitucional de que “a saúde é direito de todos e dever do Estado”, cujo ônus político e judicial recairá sobre os prefeitos e os secretários municipais de saúde, mesmos que estes não tenham sido os responsáveis pela proposta, aprovação e promulgação da EC 95/2016.

Nestes termos, quem sabe a unidade de ação da maioria dos prefeitos pela revogação da EC 95/2016 seja importante para demonstrar ao Poder Legislativo e ao Poder Judiciário que é preciso estabelecer outras regras para o controle dos gastos públicos de forma diferente da atual, que não somente retira direitos constitucionais da população, mas que atinge diretamente o financiamento das políticas públicas responsáveis por atender as necessidades da população, em particular na área da saúde.

Tabela 1 - Despesas Municipais com Ações e Serviços Públicos de Saúde Financiadas com Recursos Próprios (% sobre a Receita Base de Cálculo)

Municípios	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	MÉDIA 2007-17
Diadema	28,87	31,05	34,02	30,87	31,55	32,75	34,43	34,37	37,80	39,26	39,36	34,65
Mauá	27,73	30,30	27,79	27,82	25,74	19,72	21,21	24,69	26,97	23,41	25,50	25,19
Ribeirão Pires	20,18	18,71	23,22	20,92	27,88	27,46	34,80	32,76	25,79	27,93	25,96	26,84
Rio Grande da Serra	19,09	20,27	20,78	20,86	20,43	20,31	22,36	22,95	22,17	31,38	29,53	23,44
Santo André	21,12	23,39	25,60	25,79	27,17	25,49	29,21	26,98	27,43	30,79	26,93	26,80
São Bernardo do Campo	22,49	24,17	20,75	22,46	20,92	21,98	20,46	21,08	22,82	23,50	24,18	22,26
São Caetano do Sul	19,72	20,47	19,59	21,28	25,70	26,63	20,60	25,01	25,59	30,28	25,66	24,21
Municípios do Estado de São Paulo	19,32	20,79	21,47	21,24	21,48	22,26	23,01	23,91	24,42	25,86	25,46	23,16
Municípios da Região Sudeste	19,67	20,74	21,43	21,04	21,36	22,33	22,99	24,05	24,42	25,51	25,49	23,13
Municípios do Brasil	19,34	19,88	20,59	20,37	20,47	21,38	22,10	22,94	23,27	23,92	24,22	22,12

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Fonte: Adaptado de <http://siops-asp.datasus.gov.br/CGI/tabcgi.exe?SIOPS/serhist/municipio/mlndicadores.def>

2. INFLAÇÃO: OS IMPACTOS NAS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS E SEUS REFLEXOS NA ATIVIDADE DO PAÍS E DO GRANDE ABC PAULISTA

José Carlos Garé

Resumo Executivo

A nota técnica indica que o efetivo controle da inflação, neste momento, permite a adoção de políticas macroeconômicas que estimulem, por meio do crédito, o aumento do consumo imediato e a consequente expansão da atividade econômica no Brasil e sobretudo de regiões de elevada densidade produtiva, como é o caso do Grande ABC Paulista.

Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor-IPCA, adotado pelo Banco Central do Brasil – BACEN, produzido pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), que mede a inflação oficial e é utilizado pelo BACEN, como instrumento de acompanhamento em relação às metas de inflação fixadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), tem apresentado significativa redução desde 2016, conforme se verifica na tabela a seguir:

Tabela 1 - Evolução das Metas de Inflação e a Inflação Efetiva

Ano	Meta(%)	Banda (p.p)	Limites inferior e superior (%)	Inflação efetiva (IPCA% a.a)
2010	4,5	2,0	2,5 - 6,5	5,91
2011	4,5	2,0	2,5 - 6,5	6,5
2012	4,5	2,0	2,5 - 6,5	5,84
2013	4,5	2,0	2,5 - 6,5	5,91
2014	4,5	2,0	2,5 - 6,5	6,41
2015	4,5	2,0	2,5 - 6,5	10,67
2016	4,5	2,0	2,5 - 6,5	6,29
2017	4,5	1,5	3,0 - 6,0	2,95
2018	4,5	1,5	3,0 - 6,0	0,70 (primeiro TRIM)
2019	4,25	1,5	2,75 - 5,75	

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, a partir dos dados divulgados pelo BACEN.

Em análise, verifica-se que em 2016 o índice IPCA divulgado pelo BACEN, foi de 6,29% e no primeiro trimestre de 2017 esse índice foi de 2,95%. É possível verificar que ocorreu uma redução significativa quando comparado os dois resultados. Ressalta-se que para 2018 o resultado desse índice considerou somente o primeiro trimestre.

Redução da Taxa Selic

A última avaliação e expectativa pelo BACEN, em meados de abril, de que a inflação em 2018 termine em 3,48%, dentro do limite e abaixo do centro da meta estabelecida, possibilitou ao BACEN, no âmbito da Política Monetária, e expresso pelas avaliações adicionais constantes nas Atas de Reuniões do Comitê de Política Monetária – COPOM, a reavaliação e a redução da taxa SELIC, conforme se verifica na tabela a seguir

Tabela 2 - Evolução da Taxa SELIC

Período de vigência	Taxa SELIC % a.a	Período de vigência	Taxa SELIC % a.a
30/07/2015-19/10/2016	14,25	27/07/2017-06/09/2017	9,25
20/10/2016-30/11/2016	14,0	08/09/2017-25/10/2017	8,25
01/12/2016-11/01/2017	13,75	26/10/2017-06/12/2017	7,50
12/01/2017-22/02/2017	13,0	07/12/2017-07/02/2018	7,00
23/02/2017-12/04/2017	12,25	08/02/2018-21/03/2018	6,75
13/04/2017-31/05/2017	11,25	23/03/2018	6,5
01/06/2017-26/07/2017	10,25		

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, a partir dos dados divulgados pelo BACEN.

A Taxa SELIC ou também denominada de Taxa Básica de Juros da Economia, estipulada pelo COPOM, é definida como a taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) para títulos federais.

A inflação baixa possibilita uma flexibilização adicional na taxa Selic e estimula a atividade econômica, via redução da taxa de juros praticada no mercado financeiro.

Redução do Recolhimento Compulsório

A esta flexibilização foi adicionado outro mecanismo de impacto monetário: a redução do Recolhimento Compulsório (ou simplesmente, Depósito Compulsório), a vigorar a partir de abril de 2018, conforme se verifica na tabela a seguir:

Tabela 3 – Evolução dos Recolhimentos Compulsórios - Alíquotas

Período	Recursos à Vista (%)	Depósitos a Prazo (%)	Poupança Habitacional (%)
2014 Julho	45	15	16
2015 Junho	45	15	24,5
Agosto	45	25	24,5
2017 Janeiro	45	34	24,5
Dezembro	40	34	24,5
2018 Abril	25	34	20

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, a partir dos dados divulgados pelo BACEN.

O objetivo do depósito compulsório é controlar os recursos disponíveis na economia e, quando reduzido,

provoca a liberação de recursos que, em geral, são direcionados para operações de crédito. Desta forma, esta medida aumenta a oferta monetária e estimula a redução dos juros praticados pelos bancos. Como resultado, as taxas praticadas ficam mais próximas das taxas de juros básicas da economia, a SELIC.

Este propósito será perseguido mesmo com a alta concentração bancária aliada a alta inadimplência no setor bancário, que são fatores que tendem a limitar o crédito e dificultar a redução do spread bancário.

Spread Bancário

O spread bancário é um entrave à parte na redução do custo do dinheiro. A tabela a seguir demonstra nossa disparidade em relação a outros países.

Tabela 4 - Comparativo do Spread bancário – Diversos países (Ano 2016)

País	%	País	%
Brasil	39,6	Rússia	5,6
Peru	13,8	Alemanha	5,5
Uruguai	10,6	França	4,7
Argentina	6,9	Austrália	3,2
Bolívia	6,5		

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, a partir dos dados divulgados pelo Senado Federal do Brasil.

O spread bancário é a diferença entre a remuneração que o banco paga ao aplicador e o quanto a instituição cobra para emprestar o dinheiro.

Mesmo com a redução significativa da taxa SELIC, que estava em 14,25% e foi reduzida para 6,5%, conforme demonstrado na Tabela 2, não houve uma correspondência na expectativa da redução das taxas cobradas ao consumidor final, mantendo um spread muito alto.

A recente redução das taxas de compulsórios, conforme demonstrado na Tabela 3, deve, segundo a expectativa do Departamento de Operações Bancárias do BACEN, reduzir o spread, visto que a expectativa de liberação de recursos destinados ao crédito é da ordem de R\$ 25,7 bilhões.

O crédito pode ser um importante mecanismo de incentivo ao crescimento econômico por meio do aumento do consumo. Neste sentido, verifica-se que, de fato, há um aumento na demanda do consumidor por crédito, conforme exposto na tabela a seguir.

No mesmo sentido do crescimento da demanda por crédito, recente publicação da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo – FECOMERCIO-SP evidencia que o Índice de Intenção de Consumo das Famílias (ICF), cresceu pelo nono mês consecutivo, atingindo em março 95,1 pontos, o maior patamar desde abril de 2015.

O ICF é apurado mensalmente pela FECOMERCIO-SP e varia de zero a 200 pontos, sendo que abaixo de 100 pontos significa insatisfação e acima de 100, satisfação em relação às condições de consumo. O mesmo estudo aponta que o item “Acesso ao Crédito” passou dos 90,9 pontos em fevereiro para 94,6 pontos no mês seguinte. Apesar de ainda estar abaixo dos 100 pontos, houve redução, de 50% para 38%, dos paulistanos que afirmaram estar mais difícil contrair empréstimos para compras a prazo.

Tabela 5 – Indicador de Demanda do Consumidor por Crédito, Variação Acumulada Anual, Brasil, 2010 a 2017

Ano	Variação anual %	Ano	Variação anual %
2010	16,4	2014	(-0,5)
2011	7,5	2015	1
2012	(-3,1)	2016	3,7
2013	1,8	2017	4,9

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, a partir dos dados divulgados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, DIEESE, Nota Técnica 193, com base no Serasa Experian.

Em relação à Região do Grande ABC Paulista, onde o peso dos serviços já ocupa a parcela majoritária do PIB, que inclui todo o setor de comércio, há de se imaginar que o impacto da expansão pode se dar com velocidade e intensidade.

A tabela a seguir demonstra a composição do PIB regional por setores de atividades:

Tabela 6 – Distribuição do Produto Interno Bruto do Grande ABC Paulista por setor de atividade econômica, por município, 2014 (%)

	Agropecuária	Indústria	Serviços
Diadema	0,0	35,1	64,9
Mauá	0,0	32,8	67,2
Ribeirão Pires	0,1	25,5	74,4
Rio Grande da Serra	0,1	32,9	67,0
Santo André	0,0	22,5	77,5
São Bernardo do Campo	0,0	30,5	69,5
São Caetano do Sul	0,0	30,5	69,5

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, a partir dos dados divulgados pela Fundação SEADE.

A perspectiva de crescimento do PIB entre 2,5% e 3% para 2018, marcada pela retomada gradual, com inflação e juros baixos, mas de forma sustentável e, o aproveitamento da capacidade ociosa da economia, faz com que não haja fatores de risco para as políticas recentemente adotadas.

Na visão do COPOM, manifestada recentemente, a inflação deverá ser mantida baixa e as variações ocorrerão mais pelos mecanismos inerciais. O risco está mais na reversão do cenário externo para economias emergentes que nos tem beneficiado.

Em relação à Política Fiscal, espera-se, segundo o BACEN, uma trajetória de contas públicas de despesas dentro do teto, bem como a reforma da Previdência.

Em relação à Política Cambial, a taxa de câmbio extraída da pesquisa FOCUS (BACEN), supõe uma taxa de câmbio de R\$ 3,30/US\$ ao final de 2018.

Em síntese, pelo que ficou evidenciado, o aumento de recursos para crédito com redução da taxa de juros deverá acarretar uma leve inflação de demanda. Nada que possa assustar, pois dada a taxa inflacionária atual o que ocorrerá é uma convergência para o centro da meta da inflação.

Na sequência ao crescimento do consumo, expande-se a capacidade produtiva com a redução do desemprego e com possibilidades de boa surpresa no crescimento do PIB.

Espera-se que a complexidade do momento político atual e o processo eleitoral possam atrapalhar o menos possível.

3. O VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA DO GRANDE ABC PAULISTA E A ATUAL RETRAÇÃO CÍCLICA DA ECONOMIA

Jefferson José da Conceição
Gisele Yamauchi

Resumo Executivo

Maior cluster industrial da América Latina, a Indústria do Grande ABC Paulista apresentou em 2015, como mostra a tabela 1, o valor adicionado de R\$ 25.993.399.000,00 (ou R\$ 26 bilhões aproximadamente). Neste valor, estão computadas as produções efetivamente realizadas pela indústria regional por meio de seus diversos segmentos: montadoras de veículos, autopeças, máquinas e equipamentos, ferramentaria, fundição, eletroeletrônica, química, petroquímica, borracha, têxtil e confecções, cosméticos, alimentação entre outros. O Valor adicionado na indústria é também denominado de Produto Interno Bruto (PIB) da Indústria.

Com base nas tabelas expostas nesta nota técnica, e igualmente em outras informações relevantes sobre o desempenho do setor industrial, fazemos as seguintes considerações tópicas:

a. A evolução do valor adicionado

1. A tabela 1 apresenta os valores adicionados correntes na indústria por município e total do Grande ABC Paulista. Estes dados foram levantados pela Fundação SEADE a partir do IBGE. O Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS buscou então sistematizar e dar um tratamento analítico a estes valores correntes.
2. A tabela 2, que toma como base os valores da tabela 1, elimina o efeito da inflação que consta naturalmente na tabela 1. Elaborada pelo Observatório da USCS, a tabela 2, que apresenta os valores deflacionados, permite uma análise comparativa dos valores adicionados pela indústria total da região e por município a cada ano.
3. Nota-se, pela tabela 2, que o valor adicionado pela Indústria do Grande ABC Paulista apresentou três comportamentos distintos no período, caracterizando um processo de movimento cíclico da seguinte forma:
 - a. tendência ao crescimento entre 2002 e 2008 (à exceção de 2006): o valor adicionado na indústria passou de R\$ 28.614.424.000,00 para R\$ 42.026.217.000,00 (ou seja de R\$ 28,6 bilhões para R\$ 42,0 bilhões, aproximadamente);
 - b. oscilações entre 2009 e 2010: o valor adicionado caiu de R\$ 42.026.217.000,00 em 2008 para R\$ 38.414.423.000,00 em 2009; voltando a subir para R\$ 40.556.327.000,00 em 2010.
 - c. quedas sucessivas a partir de 2010 até o ano de 2015: o valor adicionado passou de R\$

40.556.327.000,00 em 2010 para R\$ 25.993.399.000,00 em 2015 (ou seja, de R\$ 40,6 bilhões para R\$ 26,0 bilhões aproximadamente), queda de 35,9%.

Tabela 1 - Valor adicionado na Indústria (PIB industrial), por município e total do Grande ABC Paulista, 2002-2005, em valores correntes (x 1000 reais)

Ano	São Bernardo do Campo (a)	Santo André (b)	São Caetano do Sul (c)	Diadema (d)	Mauá (e)	Ribeirão Pires (f)	Rio Grande da Serra (g)	Grande ABC Paulista (a+b+c+d+e+f+g)
2002	5.089.675	2.303.332	2.098.054	1.598.592	1.446.858	200.536	38.970	12.776.017
2003	6.670.201	2.916.634	2.750.497	2.037.099	1.903.793	252.248	46.975	16.577.447
2004	8.276.674	3.202.857	3.019.959	2.380.037	2.164.565	301.160	59.869	19.405.121
2005	9.261.207	3.374.755	4.109.165	2.826.674	2.322.832	299.003	74.821	22.268.457
2006	9.278.705	3.402.365	4.088.712	2.776.287	2.350.651	305.561	68.091	22.270.372
2007	11.225.963	3.933.363	4.344.842	3.250.274	2.574.944	392.985	74.815	25.797.185
2008	12.796.064	3.825.720	4.945.710	3.397.783	2.841.750	390.735	79.840	28.277.602
2009	12.054.149	3.721.794	4.792.359	3.265.019	3.043.998	381.289	113.771	27.372.379
2010	14.190.334	4.443.765	3.444.433	3.782.401	3.607.277	541.432	134.491	30.144.133
2011	14.577.548	5.014.167	3.446.414	4.110.979	3.257.826	518.388	140.173	31.065.495
2012	12.936.642	4.840.814	4.073.209	3.873.811	2.517.027	534.860	148.531	28.924.894
2013	12.892.648	5.468.931	3.929.890	4.058.724	2.788.988	601.991	158.909	29.900.081
2014	12.500.578	5.377.274	3.625.017	4.026.400	3.114.827	596.315	156.400	29.396.812
2015	9.483.045	4.995.845	2.804.134	3.851.909	4.066.258	640.208	152.001	25.993.399

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Fonte: Adaptado de Fundação SEADE.

Tabela 2 - Valor adicionado na Indústria (PIB industrial), por município e total do Grande ABC Paulista, 2002-2005, Valores deflacionados* a preços de 2015 (x 1000 reais)

Ano	São Bernardo do Campo (a)	Santo André (b)	São Caetano do Sul (c)	Diadema (d)	Mauá (e)	Ribeirão Pires (f)	Rio Grande da Serra (g)	Grande ABC Paulista (a+b+c+d+e+f+g)
2002	11.399.338	5.158.769	4.699.009	3.580.363	3.240.526	449.139	87.280	28.614.424
2003	13.275.782	5.805.013	5.474.348	4.054.463	3.789.142	502.052	93.495	32.994.295
2004	15.071.515	5.832.283	5.499.233	4.333.959	3.941.591	548.401	109.020	35.336.001
2005	15.673.152	5.711.248	6.954.123	4.783.706	3.931.031	506.017	126.623	37.685.900
2006	14.857.380	5.447.984	6.546.986	4.445.486	3.763.943	489.275	109.029	35.660.083
2007	17.428.153	6.106.492	6.745.306	5.046.005	3.997.564	610.104	116.149	40.049.773
2008	19.017.531	5.685.791	7.350.322	5.049.790	4.223.414	580.711	118.659	42.026.217
2009	16.916.804	5.223.169	6.725.601	4.582.130	4.271.950	535.102	159.667	38.414.423
2010	19.091.869	5.978.702	4.634.186	5.088.894	4.853.279	728.450	180.946	40.556.327
2011	18.518.394	6.369.680	4.378.106	5.222.328	4.138.536	658.527	178.067	39.463.638
2012	15.430.884	5.774.144	4.858.542	4.620.699	3.002.321	637.983	177.168	34.501.741
2013	14.529.863	6.163.422	4.428.940	4.574.135	3.143.157	678.437	179.089	33.697.042
2014	13.301.865	5.721.958	3.857.381	4.284.492	3.314.487	634.539	166.425	31.281.147
2015	9.483.045	4.995.845	2.804.134	3.851.909	4.066.258	640.208	152.001	25.993.399

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, a partir de informações da Fundação SEADE. * A deflação dos valores foi realizada com base em metodologia do Observatório CONJUSCS, utilizando-se do IPCA.

- Entendemos que os movimentos apontados no item anterior foram influenciados pelo peso direto e indireto do setor automotivo no valor adicionado da indústria da Região do Grande ABC Paulista. Após forte crescimento verificado no período até 2010, o setor automotivo brasileiro como um todo (e não apenas a cadeia automotiva instalada na Região do ABC Paulista) apresentou tendência à retração a partir daquele ano. No caso brasileiro, a produção total de veículos declinou seguidamente (à exceção do ano de 2013) no período entre 2011 e 2015. Isto explica, a nosso ver, a redução do valor adicionado da indústria do Grande

ABC Paulista, como demonstrado no item 3.

5. A produção de autoveículos no Brasil (automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus), segundo o Anuário da ANFAVEA (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), após ter atingido 3.417.782 autoveículos em 2011, passou a apresentar redução ano após ano (com exceção de 2013, como já exposto), atingindo o “vale da produção” (ponto mais baixo do ciclo) em 2015, com 2.419.021 autoveículos. Portanto, o setor automotivo brasileiro decresceu 29,2% no período, percentual próximo da queda de 35,9% apresentado pelo valor adicionado da indústria do Grande ABC Paulista.
6. A queda um pouco maior do valor adicionado da indústria do Grande ABC Paulista em relação à queda da produção do setor automotivo brasileiro como um todo no período entre 2011 e 2015 (35,9% contra 29,2%, respectivamente) explica-se, segundo nosso entendimento, pela queda mais acentuada da produção de caminhões no Brasil – produção esta que ainda está bastante concentrada na Região do Grande ABC Paulista. No Brasil, a produção de caminhões caiu de 223.602 unidades para 74.062, uma queda de 66,9%.

b. A Participação da Indústria de cada Município no Valor Adicionado pela Indústria no Grande ABC Paulista

7. A tabela 3 ilustra as participações dos valores adicionados nas indústrias dos municípios no total da indústria do Grande ABC Paulista.

Tabela 3 - Participação de cada município no total do valor adicionado na indústria do Grande ABC Paulista, 2002-2015

Ano	São Bernardo do Campo (a)	Santo André (b)	São Caetano do Sul (c)	Diadema (d)	Mauá (e)	Ribeirão Pires (f)	Rio Grande da Serra (g)	Grande ABC Paulista (a+b+c+d+e+f+g)
2002	39,8%	18,0%	16,4%	12,5%	11,3%	1,6%	0,3%	100,0%
2003	40,2%	17,6%	16,6%	12,3%	11,5%	1,5%	0,3%	100,0%
2004	42,7%	16,5%	15,6%	12,3%	11,2%	1,6%	0,3%	100,0%
2005	41,6%	15,2%	18,5%	12,7%	10,4%	1,3%	0,3%	100,0%
2006	41,7%	15,3%	18,4%	12,5%	10,6%	1,4%	0,3%	100,0%
2007	43,5%	15,2%	16,8%	12,6%	10,0%	1,5%	0,3%	100,0%
2008	45,3%	13,5%	17,5%	12,0%	10,0%	1,4%	0,3%	100,0%
2009	44,0%	13,6%	17,5%	11,9%	11,1%	1,4%	0,4%	100,0%
2010	47,1%	14,7%	11,4%	12,5%	12,0%	1,8%	0,4%	100,0%
2011	46,9%	16,1%	11,1%	13,2%	10,5%	1,7%	0,5%	100,0%
2012	44,7%	16,7%	14,1%	13,4%	8,7%	1,8%	0,5%	100,0%
2013	43,1%	18,3%	13,1%	13,6%	9,3%	2,0%	0,5%	100,0%
2014	42,5%	18,3%	12,3%	13,7%	10,6%	2,0%	0,5%	100,0%
2015	36,5%	19,2%	10,8%	14,8%	15,6%	2,5%	0,6%	100,0%

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, a partir de informações da Fundação SEADE.

8. Como se pode ver pela tabela 3, o município de São Bernardo do Campo tem participação majoritária, embora sua participação apresente grande amplitude (variando na série entre 36,5% e 47,1%, como percentuais de participação mínimo e máximo do município). Em grande parte, esta larga amplitude entre mínimo e máximo também se deve às fortes oscilações do próprio setor automotivo, o que influencia fortemente a indústria de São Bernardo do Campo, dado o peso deste setor no valor adicionado pelo município.

9. Ainda com base na tabela 3, verifica-se que as demais cidades apresentam as seguintes participações no período: Santo André (entre 13,5% e 19,2%); São Caetano do Sul (entre 10,8% e 18,5%); Diadema (entre 11,9% e 14,8%); Mauá (entre 10,0% e 15,6%); Ribeirão Pires (entre 1,3% e 2,5%) e Rio Grande da Serra (entre 0,3% e 0,6%).

c. A Evolução dos Empregos Formais na Indústria do Grande ABC Paulista

10. Na tabela 4, pode-se observar a evolução do nível de emprego formal na indústria do Grande ABC Paulista.

Tabela 4 - Empregos formais na indústria do Grande ABC Paulista, por município e total, 2002-2015

Ano	São Bernardo do Campo (a)	Santo André (b)	São Caetano do Sul (c)	Diadema (d)	Mauá (e)	Ribeirão Pires (f)	Rio Grande da Serra (g)	Grande ABC Paulista (a+b+c+d+e+f+g)
2002	83.484	29.005	14.527	43.849	17.454	6.226	778	195.323
2003	82.637	28.937	15.171	44.576	18.636	6.100	850	196.907
2004	88.397	32.250	19.569	51.304	20.700	6.824	1.065	220.109
2005	92.251	34.161	19.187	52.569	21.955	6.612	1.192	227.927
2006	87.478	32.679	20.861	55.629	22.764	7.139	1.258	227.808
2007	94.932	32.955	21.497	57.828	24.328	8.195	1.338	241.073
2008	96.898	34.219	23.893	58.523	26.553	8.505	1.298	249.889
2009	93.608	31.395	22.580	56.816	26.524	7.733	1.607	240.263
2010	100.210	34.050	24.089	61.393	29.471	8.617	1.503	259.333
2011	103.647	32.636	25.674	60.442	29.984	8.501	1.478	262.362
2012	88.842	32.238	25.295	57.866	27.501	8.366	1.492	241.600
2013	98.836	33.561	24.782	56.530	27.252	8.315	1.501	250.777
2014	92.436	32.239	22.793	53.111	25.483	7.924	1.577	235.563
2015	84.451	26.106	20.347	46.159	22.957	7.238	1.662	208.920

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, a partir de informações da Fundação SEADE, com base na RAIS-CAGED, do MTE.

11. Conforme a tabela 4, nota-se que a evolução do nível de emprego apresenta dois grandes movimentos, a nosso ver:

a. O nível de emprego cresce seguidamente entre 2002 e 2011 (à exceção dos anos de 2006, quando apresentou leve oscilação para baixo, e de 2009, quando a redução foi mais expressiva). No período entre 2002 e 2011, o nível de emprego na Indústria do Grande ABC Paulista pulou de 195.323 empregos para 262.362 empregos, um aumento de 34,3%.

b. Após ter atingido seu nível máximo em 2011, o nível de emprego passou a cair de maneira sucessiva (à exceção do ano de 2013, quando apresentou elevação de postos de trabalho). Entre 2011 e 2015, o nível de emprego caiu de 262.362 empregos para 208.920, o que representou um corte de 20,4%.

d. O Valor Adicionado por Empregado

12. A tabela 5 mostra a evolução do valor adicionado por empregado na indústria do Grande ABC Paulista.

13. A nosso ver, a relação valor adicionado por empregado, na indústria do Grande ABC Paulista, conforme exposto na tabela 5, guarda forte relação com as oscilações acentuadas da produção automotiva, bem como os esforços para a manutenção dos empregos ou minimização dos cortes de postos de trabalho, mesmo em contexto de crise. Assim, entre 2002 e 2008, verifica-se uma evolução anual do valor adicionado por empregado, na

qual após cada ano de elevação deste indicador seguiu-se outro ano de queda, ao passo que a redução do valor adicionado por empregado seguiu-se igualmente de elevação do indicador. Entretanto, após ter atingido, na série, o pico de R\$ 168.180,00 de valor adicionado por empregado por ano, verificaram-se recorrentes quedas no valor adicionado por empregado, até alcançar em 2015 o patamar mais baixo, de R\$ 124.420,00.

Tabela 5 - Valor adicionado por empregado na indústria do Grande ABC Paulista, por município e total, 2002-2015 (Valores deflacionados, ano base 2015) (x 1000 reais)

Ano	São Bernardo do Campo	Santo André (b)	São Caetano do Sul (c)	Diadema (d)	Mauá (e)	Ribeirão Pires (f)	Rio Grande da Serra(g)	Grande ABC Paulista (a+b+c+d+e+f+g)
2002	136,55	177,86	323,47	81,65	185,66	72,14	112,19	146,50
2003	160,65	200,61	360,84	90,96	203,32	82,30	109,99	167,56
2004	170,50	180,85	281,02	84,48	190,42	80,36	102,37	160,54
2005	169,90	167,19	362,44	91,00	179,05	76,53	106,23	165,34
2006	169,84	166,71	313,84	79,91	165,35	68,54	86,67	156,54
2007	183,59	185,30	313,78	87,26	164,32	74,45	86,81	166,13
2008	196,26	166,16	307,63	86,29	159,06	68,28	91,42	168,18
2009	180,72	166,37	297,86	80,65	161,06	69,20	99,36	159,88
2010	190,52	175,59	192,38	82,89	164,68	84,54	120,39	156,39
2011	178,67	195,17	170,53	86,40	138,02	77,46	120,48	150,42
2012	173,69	179,11	192,08	79,85	109,17	76,26	118,75	142,81
2013	147,01	183,65	178,72	80,92	115,34	81,59	119,31	134,37
2014	143,90	177,49	169,24	80,67	130,07	80,08	105,53	132,79
2015	112,29	191,37	137,82	83,45	177,12	88,45	91,46	124,42

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, a partir de informações da Fundação SEADE para o valor adicionado e da RAIS-CAGED, do MTE, para o número de empregos formais na indústria.

14. Para concluir, entendemos que, tendo em vista as séries expostas, e considerando as características da indústria do Grande ABC Paulista:

a. As séries apresentadas NÃO permitem concluir necessariamente que, em virtude da queda verificada no valor adicionado na indústria do Grande ABC Paulista, ocorra uma “fuga” ou “evasão” da indústria do Grande ABC Paulista. Isto por dois motivos: i) após a forte crise vivida pela indústria da região na década de 1990 - quando foram cortados aproximadamente cinquenta por cento dos postos de trabalho na indústria local, conforme mostramos na nota técnica da 1ª Carta de Conjuntura da USCS - a indústria do Grande ABC Paulista voltou a apresentar expansão de empregos entre 2002 e 2011, conforme mostramos na tabela 3 desta nota; ii) a retração do valor adicionado na indústria do Grande ABC Paulista, verificada entre 2011 e 2015, guarda intensa relação com a redução da produção automotiva no Brasil, que tem outros determinantes, especialmente associados à crise econômica nacional.

b. Neste sentido, é fundamental que os atores e instituições regionais (Consórcio Intermunicipal, Agência de Desenvolvimento Econômico, Prefeituras, Governo do Estado, Associações empresariais, Sindicatos de Trabalhadores, Senai, Universidades, entre outros) participem e colaborem para a elaboração de um novo regime automotivo brasileiro, tendo em vista o término do Inovar-Auto. O estabelecimento das novas regras e incentivos à produção é essencial à retomada do setor no Brasil, e no Grande ABC Paulista, em particular;

c. É necessário que estes atores e instituições regionais estabeleçam uma política industrial regional que, entre outros fatores, busque aumentar a competitividade da indústria local, especialmente por meio do incremento das exportações, do investimento em qualificação profissional e da maior integração entre empresas/sindicatos, universidades e gestão pública.

d. Uma relação tríplice mais próxima entre empresas/sindicatos, universidades e governos (locais, estadual e federal), na região, em torno de projetos e de uma agenda comum, permitirá a expansão de segmentos-chave na atual cadeia de valor da Indústria, que são aqueles ligados à inovação, pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Referências Bibliográficas:

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE. www.seade.gov.br

4. A COMPLEXIDADE TECNOLÓGICA DAS EXPORTAÇÕES DO GRANDE ABC PAULISTA

Jefferson José da Conceição
Gisele Yamauchi
Gustavo Kaique de Araújo Monea

Resumo Executivo

O Grande ABC Paulista está entre as regiões que mais exportam no Brasil. A partir do critério metodológico utilizado pela UNCTAD da ONU, os autores desta nota buscaram medir a complexidade tecnológica das exportações da região. A constatação foi a de que cerca de metade (49%) das exportações do Grande ABC Paulista é classificada como de “média complexidade tecnológica”. Diante disto, os autores recomendam que atores e instituições da região busquem elaborar uma política de adensamento da complexidade das exportações da região, visando incrementar a parcela de “alta complexidade tecnológica”, especialmente por meio do esforço de conexão do parque produtivo regional com a área da Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P, D & I).

Esta nota técnica tem como objetivo quantificar, ainda que de modo preliminar, a complexidade das exportações do Grande ABC Paulista. Para isto, tomamos como base a metodologia criada pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD da ONU. Em que pesem as ressalvas que podem ser feitas sobre os critérios de classificação das exportações em termos de “baixa”, “média” e “alta” tecnologia, como os apresentados pela UNCTAD, acreditamos que, para fins de futura comparação internacional, é recomendado utilizar critérios já aplicados por países e entidades como a UNCTAD da ONU.

Segundo a metodologia da UNCTAD, criada por Lall (2000), os produtos exportados são classificados em grupos de baixa, média e alta complexidade tecnológica. Cada um desses grupos é composto de subgrupos, os quais têm como características:

a) Baixa Tecnologia:

- Produtos tendem a ser simples;
- Trabalho intensivo;
- Uso de recursos naturais locais;
- Tecnologias já difundidas;
- Produtos geralmente não diferenciados;
- Maior importância do custo do trabalho;
- Economias de escala e barreiras de entrada baixas;
- Em geral, baixo crescimento de mercado;
- Competição via preço, mais do que em qualidade;
- Produtos realocados de países desenvolvidos para países em desenvolvimento.

b) Média Tecnologia:

- Núcleo de produção principal de economias maduras;

- Moderados níveis de pesquisa e desenvolvimento;
- Requer mão-de-obra mais especializada;
- Intensivas ligações para frente e para trás na cadeia produtiva;
- Processos de produção estáveis e produtos com baixa diferenciação;
- Produção em massa;
- Barreiras de entrada tender a ser altas

c) Alta Tecnologia:

- Ciclo de vida dos produtos mais curtos;
- Rápidas mudanças de tecnologia;
- Infraestrutura tecnológica sofisticada;
- Alto grau técnico de especialização;
- Relação próxima entre empresas, universidades e instituições de pesquisa;
- Internacionalização da produção que fazem parte das cadeias globais de valor.

Quadro de Classificação Tecnológica de Produtos Exportados

PRODUTOS DE BAIXA TECNOLOGIA	EXEMPLOS
Primários Commodities	Fruta fresca, carnes, arroz, cacau, chá, café, madeira, carvão, petróleo cru, gás entre outros
Agronegócios industrializados	Produtos industrializados de frigoríficos e frutas, bebidas, madeiras, óleos vegetais
Têxteis, vestuário e calçados	Tecidos têxteis, vestuário, chapelaria, calçados, manufaturados em couro e bens de viagem
Insumos	Concentrados de minério, produtos de petróleo/borracha, cimento, pedras preciosas e vidro
Outros produtos	Cerâmica, partes/estruturas simples metálicas, móveis, joias, brinquedos, produtos plásticos
PRODUTOS DE MÉDIA TECNOLOGIA	
Automotivo	Veículos de passageiros e peças, veículos comerciais, motocicletas e peças
Bens de produção	Fibras sintéticas, químicos e tintas, fertilizantes, plásticos, ferro, canos e tubos
Bens de engenharia	Motores em geral, maquinário industrial, bombas, transmissão de rede elétrica, barcos e relógios
PRODUTOS DE ALTA TECNOLOGIA	
Eletrônicos e elétricos	Processamento de dados, equipamentos de telecomunicação, televisores, turbinas, equipamentos de geração de energia
Outros produtos	Farmacêuticos, aeroespacial, ópticos, instrumento de medição e câmeras
Produtos sem classificação	Eleticidade, filmes de cinema, matéria pintada, ouro, artes, moedas e pets.

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Adaptado pelos autores desta nota técnica a partir de Lall (2000).

Perfil da Complexidade Tecnológica das Exportações do Grande ABC Paulista

A tabela 1 expõe a complexidade tecnológica das exportações do Grande ABC Paulista nos anos de 2007 e 2017. Os produtos de baixa complexidade tecnológica - isto é, aqueles derivados de recursos naturais e de baixa manufatura - representam pequena parcela das exportações da Região do Grande ABC Paulista. Nos anos observados, é pequena a participação dos produtos commodities exportados na Região do Grande ABC Paulista, com percentual de 2,41% em 2007 e 3,91% em 2017. Ainda neste grupo, consideram-se os produtos alimentícios e primários, que representaram 6,53% em 2007 e 5,00% em 2017.

No grupo de média complexidade tecnológica, encontram-se os setores ligados à manufatura automotiva, bens de produção e bens de engenharia. Os dados demonstram que os produtos de média complexidade tecnológica detêm a maior participação na pauta de exportação da região. Nele, o setor automobilístico possui maior peso, em função da presença das montadoras presentes na Região, que alavancam a cadeia de fabricantes

de componentes, peças e insumos do setor automotivo e demais setores da indústria. O setor de “bens de produção” representa 14,45% e aumentou a sua participação para 16,20% em 2017.

Tabela 1 - Complexidade Tecnológica das Exportações do Grande ABC Paulista, 2007 e 2017

	2007		2017	
	TOTAL FOB USD	%	TOTAL FOB USD	%
EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE BAIXA TECNOLOGIA				
1. Primários Commodities	154.542.398,00	2,41%	210.698.589,00	3,91%
2. Agronegócios industrializados	418.525.395,00	6,53%	269.801.453,00	5,00%
3. Têxteis, vestuário e calçados	17.292.934,00	0,27%	6.564.793,00	0,12%
4. Insumos	404.502.283,00	6,32%	235.976.750,00	4,38%
5. Outros produtos	389.748.862,00	6,09%	313.784.174,00	5,82%
TOTAL	1.384.611.872,00	21,62%	1.036.825.759,00	19,23%
EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE MÉDIA TECNOLOGIA				
1. Automotivo	2.699.257.273,00	42,15%	2.642.438.935,00	49,02%
2. Bens de Produção	925.625.823,00	14,45%	873.327.706,00	16,20%
3. Bens de Engenharia	1.061.173.999,00	16,57%	642.944.186,00	11,93%
TOTAL	4.686.057.095,00	73,17%	4.158.710.827,00	77,14%
EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE ALTA TECNOLOGIA				
1. Eletrônicos e Elétricos	110.820.921,00	1,73%	92.344.547,00	1,71%
2. Outros produtos	109.103.000,00	1,70%	61.787.547,00	1,15%
TOTAL	219.923.921,00	3,43%	154.132.094,00	2,86%
Produtos sem classificação	114.088.415,00	1,78%	61.787.547,00	0,76%
TOTAL GERAL	6.404.681.303,00	100,00%	5.411.456.227,00	100,00%

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, a partir de metodologia da OCDE / UNCTAD (ONU), 2000; e dados do MDIC.*Freeon Board.

Entre os produtos de alta tecnologia estão os produzidos pela indústria de telecomunicações, informática, comunicações, aviação e defesa. É relativamente baixa a participação destes produtos no total das exportações da Região. Assim, para que a participação desses setores aumente na pauta de exportações, são necessárias políticas públicas e privadas coordenadas, que envolvam o Poder Público, as empresas e as universidades. Ao mesmo tempo, é igualmente importante o investimento em capacitação de recursos humanos.

Considerando que os produtos de média e de alta tecnologia proporcionam maior valor agregado na pauta de exportação, e que contribuem para o desenvolvimento regional e nacional, os resultados da tabela demonstram que são necessárias ações do poder público federal e regional, em conjunto com atores locais (governo, setor privado e universidades), que favoreçam a ampliação da participação das indústrias de média e alta complexidade tecnológica.

Partindo-se de que as exportações de alta tecnologia requerem maior inovação e tecnologia, é necessário o fortalecimento da pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D& I) na região, especialmente em segmentos como a defesa, petróleo, gás, logística, computação, além das indústrias tradicionais já existentes vinculadas à cadeia de produção automotiva, química/petroquímica, têxtil/confecções, gráfica, alimentícia, entre outras.

É fundamental estimular o investimento em novos laboratórios, equipamentos e capacitação de mão-de-obra. Neste sentido, é importante a elaboração conjunta (envolvendo Consórcio Intermunicipal, Agência de

Desenvolvimento Econômico, Governo do Estado, Prefeituras, Sindicatos de Trabalhadores, Universidades, entre outras instituições) de um planejamento estratégico industrial da Região, visando aumentar o volume de exportações e adensar a complexidade tecnológica das exportações.

Apêndice: sobre a metodologia da UNCTAD da ONU

A metodologia desenvolvida pelo UNCTAD baseia-se em Lall (2000). Segundo a UNCTAD, a classificação padrão do comércio internacional atual é o SITC 3.0 – terceira revisão, e é baseada na análise de Lall (2000). A Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM/SH) é uma convenção de categorização de mercadorias adotada desde o ano de 1995 pelo bloco, sendo sua base o Sistema Harmonizado (SH). Este sistema tem como foco o controle de dados alfandegários, além de fisco de produtos externos e internos.

Assim, utilizando-se do ‘‘SITC 3.0’’ da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD (ONU), realizou-se a conversão dos dados, já que esta informação por nível municipal é apenas disponibilizada na SECEX com a Nomenclatura Comum do MERCOSUL / Sistema Harmonizado (NCM/SH).

Referências Bibliográficas:

CAVALCANTE, Luiz Ricardo. Classificações tecnológicas: uma sistematização. Repositório Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), mar., 2014. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5984>. Acesso em 12.abr.2018.

HATZICHRONOGLOU, Thomas. Globalisation and competitiveness: relevant indicators. In: Organisation for economic co-operation and development, 1995. Disponível em: [http://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=OCDE/GD\(96\)43&docLanguage=En](http://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=OCDE/GD(96)43&docLanguage=En). Acesso em: 13.abr.2018.

LALL, Sanjaya. The Technological structure and performance of developing country manufactured exports, 1985-98. Oxford development studies, v. 28, n. 3, p. 337-369, 2000. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/713688318>. Acesso em: 18.abr.2018.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Sistema Harmonizado de designação e de codificação de mercadorias; Notas Explicativas. Brasília, jan., 2018.

PAVITT, Keith. Sectoral patterns of technical change: towards a taxonomy and a theory. Research policy, v. 13, n. 6, p. 343-373, 1984. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0048733384900180>. Acesso em 10.abr.2018.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO – UNCTAD. ONU. Product Classification. Genebra, 2000. Disponível em: <http://unctadstat.unctad.org/EN/Classifications.html>. Acesso em: 10.abr.2018.

5. FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS NO GRANDE ABC PAULISTA ENTRE 2015 E 2017

Jefferson José da Conceição
Sandra Collado

Resumo Executivo

A nota apresenta os totais de falências requeridas, falências decretadas, recuperações judiciais requeridas e recuperações judiciais concedidas no Grande ABC Paulista entre 2015 e 2017. Acreditamos que o ano de 2015 apresenta total elevado de falências requeridas devido à forte recessão da economia regional, bem como de todo o País. Em 2017, as recuperações judiciais requeridas cresceram em 106% em relação ao ano de 2015. Isto pode ser um indicador de expectativas mais favoráveis em relação ao futuro por parte das empresas em dificuldades, não obstante a grande incerteza e volatilidade ainda existente na economia.

O PIB do Brasil apresentou resultados ruins entre 2015 e 2017. Nos anos de 2015 e de 2016 o PIB chegou mesmo a decrescer. Em 2015 o PIB retraiu 3,5% em relação a 2014. Em 2016 o PIB caiu igualmente 3,5% quando comparado com 2015. Em 2017, a economia brasileira ensaiou uma tímida recuperação. Mas o resultado de 2017 somente não foi pior em função da expansão dos agronegócios: no ano passado, o país cresceu 1%, mas se o setor de agronegócios não houvesse crescido, o PIB do País teria se elevado em ínfimos 0,3%. Nos três anos, o setor industrial - que tem elevada participação na economia do Grande ABC Paulista - apresentou, em termos nacionais, retração nos anos de 2015 e 2016 e estagnação em 2017.

Este quadro mais amplo de retração do triênio 2015-2017 guarda forte relação, a nosso ver, com os números relativos aos pedidos de falências e recuperações judiciais no Grande ABC Paulista no período.

A Lei de Falências e Recuperação de Empresas no Brasil

A Lei 11.101/2005 ou Lei de Falências e Recuperação de Empresas (LRE) revogou o Decreto Lei 7.661/45. A referida Lei visou disciplinar a recuperação judicial, a recuperação extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária (art.1º). Seu objetivo principal é a reestruturação de empresas em dificuldades financeiras - porém, economicamente viáveis.

Em 09/05/2018 o Governo encaminhou ao Congresso projeto que altera a Lei de Falências e Recuperação Judicial. Entre as principais mudanças estabelecidas no projeto:

- A exigência de aprovação da assembleia de credores e da Justiça para financiamentos a companhias em recuperação;
- A possibilidade da Fazenda Pública requerer a falência de empresas inadimplentes com programas de parcelamento de dívidas tributárias;
- A “sucessão de passivos” que garanta que investidores interessados em adquirir ativos de uma

empresa em recuperação não sejam surpreendidos com obrigações não previstas no negócio.

Esta nota técnica não tem o objetivo de apresentar e analisar o Projeto de Lei da nova Lei de falências. A intenção desta nota limita-se a, ainda que de maneira preliminar, quantificar, no período 2015 a 2017, o total de falências e recuperações Judiciais das empresas instaladas na Região do Grande ABC Paulista. Em futuras notas técnicas, trataremos um pouco mais detalhadamente do Projeto de Lei que altera a atual regulamentação das falências e recuperações judiciais no Brasil.

O Conceito de Falência e de Recuperação Judicial

Conceitualmente, falência é um processo de execução coletiva, em que todos os bens do falido são arrecadados visando uma venda judicial forçada, com a distribuição proporcional do ativo entre todos os credores. A falência pode ser requerida pelo credor que não teve retornado os valores do crédito ou, pelo próprio devedor (autofalência). A falência é decretada por decisão judicial, após a qual se iniciam seus efeitos.

Por sua vez, a Recuperação Judicial conceitua-se como mecanismo para viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de promover a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica. A Recuperação Judicial pode ser requerida pelo próprio devedor e é concedida após a aprovação do plano de recuperação pela assembleia geral dos credores. A empresa permanecerá em Recuperação Judicial até que se cumpram todas as obrigações previstas no plano.

As Falências e Recuperações Judiciais de Empresas do Grande ABC Paulista no período 2015-2017

Tabela 1 - Falências e Recuperações Judiciais em Empresas do Grande ABC Paulista entre 2015 e 2017

	Falências requeridas				Falências decretadas				Recup. Jud. requerida				Recup. Jud. concedida			
	2015	2016	2017	Total	2015	2016	2017	Total	2015	2016	2017	Total	2015	2016	2017	Total
SAndre	25	11	8	44	11	8	5	24	10	12	9	31	2	0	4	6
SBCampo	37	21	7	65	11	9	9	29	7	7	27	41	0	1	2	3
SCSul	6	7	5	18	0	1	3	4	0	0	1	1	1	1	0	2
Diadema	43	18	12	73	8	10	29	47	2	2	2	8	2	11	6	19
Mauá	17	15	6	38	3	3	1	7	0	0	0	0	4	1	0	5
RPires	1	8	1	10	0	1	0	1	1	1	2	4	0	2	0	2
RGSerra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Grande ABC	129	80	39	248	33	32	47	112	20	24	41	85	9	16	12	37

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir de levantamento realizado no movimento falimentar do Valor Econômico e Diário Oficial Eletrônico.

A Região do Grande ABC Paulista é o maior cluster industrial da América Latina. Portanto, a movimentação de falências e recuperações judiciais merece estudo mais abrangente. Entretanto, desconhecemos a existência no Brasil – e também em nível regional, como é o caso do Grande ABC Paulista - de séries históricas longas, sistematizadas, detalhadas e públicas sobre as falências e recuperações judiciais. Com esta breve nota técnica pretendemos contribuir e estimular novos trabalhos (científicos e não científicos) que busquem mensurar e analisar, na região, os vários ângulos relacionados ao tema das falências e recuperações judiciais.

Assim, conforme a tabela 1:

- Foi bastante alto o total de falências requeridas no Grande ABC Paulista no período, sobretudo no ano de 2015, com destaque para os municípios de Diadema e São Bernardo do Campo;
- Chama a atenção também o total de falências decretadas em Diadema: 47 no triênio 2015-2017

(sendo 29 em 2017);

c. O total de recuperações judiciais requeridas no Grande ABC Paulista cresceu 106% em 2017, quando comparado com 2015 - isto pode sinalizar, a nosso ver, um cenário de expectativas mais favoráveis em relação ao futuro por parte das empresas em dificuldades, especialmente quando se leva em conta o mencionado quadro recessivo do período 2015-2017;

d. No triênio, o número de recuperações judiciais concedidas teve seu menor nível em 2015.

A partir do exposto, cabe tecer algumas considerações, a título de recomendações de políticas públicas para os atores e instituições da Região do Grande ABC Paulista:

a. Acompanhamento sistêmico, pelos órgãos públicos, das informações, coleta e análise de dados referentes às falências e recuperações judiciais na região;

b. Promoção de seminário regional sobre o tema com o objetivo de, entre outros, aproximar empresas e instituições de ensino e pesquisa, para aumentar a capacitação e as pesquisas sobre o tema;

c. Promover um levantamento internacional sobre a legislação e os aspectos práticos sobre o tema em outros países.

6. A REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA E O MERCADO DE CAPITAIS

Ricardo Makoto Kawai

Resumo Executivo

Qual a importância das empresas sediadas no Grande ABC Paulista no mercado de capitais brasileiro? Esta nota técnica mostra uma bolsa de valores concentrada em empresas situadas em poucas cidades brasileiras. Há uma concentração das empresas tanto na quantidade quanto no valor nos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro, que, juntas, compreendem 53,0% e 71,2% respectivamente de todas as empresas com ações negociadas na "B3". A Região do Grande ABC Paulista conta com 6 (seis) empresas com ações negociadas na B3 com valor total de mercado de R\$19.014.461,61. Levando em consideração a quantidade de empresas com ações negociadas em bolsa de valores, a Região do Grande ABC Paulista ocupa a 7ª posição no ranking, representando 2% das empresas listadas. Quando avaliado o valor de mercado da empresa, isto é, a multiplicação do valor da ação pela quantidade de ações totais emitidas pela empresa, verifica-se que a posição da região cai para 13ª posição, que representa 0,6% do valor total das empresas com ações negociadas em bolsa de valores.

O mercado de capitais tem relevante participação no desenvolvimento econômico de um país. Aproxima investidores (detentores de recursos financeiros) das empresas que necessitam desses recursos para se desenvolverem e para não dependerem exclusivamente dos empréstimos bancários.

As operações que ocorrem no ambiente de uma bolsa de valores servem, em princípio, para investimentos de médio e longo prazo no capital de empresas ou projetos que necessitam de recursos financeiros para se viabilizarem. Em troca desses investimentos, as empresas comprometem-se a restituir periodicamente aos investidores os recursos investidos acrescido de parte proporcional do lucro do empreendimento.

As vantagens para o investidor de ações residem no fato de que, com o sucesso da empresa, por meio do alcance de suas metas, os retornos dos investidores podem ser maiores do que em outras aplicações. Para as empresas, o lançamento de ações é uma forma mais barata de levantamento de recursos financeiros, visto que não há uma obrigatoriedade de remunerar o capital com taxas fixas, e sim pelos resultados que as empresas alcançam.

No entanto, os riscos para os aplicadores em ações podem ser grandes, pois a empresa pode não atingir suas metas ou eventualmente gerar prejuízos. Isto exigirá do investidor cuidado e conhecimento técnico ao analisar as empresas para realizar os investimentos.

No caso das empresas, existe hoje uma legislação mais rígida, que exige dos administradores das empresas uma prestação de contas detalhada, ampla e periódica. Busca-se com isto prover aos investidores maior transparência de informações.

As negociações são efetivadas por meio da venda e compra de ações, que representam o valor da menor parte do capital social da empresa. A ação tem alta liquidez, ou seja, pode ser trocada rapidamente em moeda corrente, e isso abre a possibilidade de especulação na bolsa de valores. As apostas de aumento ou baixa no valor das ações ocorrem em função da lei da oferta e da procura. Ou seja, quaisquer variações no valor das

ações das empresas na bolsa de valores são trocadas rapidamente, o que pode gerar grandes lucros ou perdas para quem especula.

O modelo de empresas e empreendimentos com seus capitais formados por ações vem desde o século XVII. A primeira companhia a ter seu capital dividido em ações foi a Companhia Unida Holandesa das Índias Orientais em 1602. O governo holandês fundiu seis companhias das Índias formando uma estatal e chamou a população a se tornar sócia do empreendimento. Em 1670 suas ações pagavam dividendos de até 40% ao ano e com tamanho muito maior do que no início de suas atividades, o que mostra a capacidade desse modelo em criar riquezas para sociedade.

Nos países ditos desenvolvidos, o mercado de capitais é fonte de renda complementar às aposentadorias, que revela confiança nessa modalidade de investimento apesar dos riscos desse investimento.

O mercado de capitais brasileiro, apesar de apresentar números robustos, tem pouca expressão na economia nacional, que passou por desafios dentre os quais podemos citar: períodos de altas taxas inflação e taxa de juros SELIC, que diminui o interesse dos investidores, pois os retornos dos investimentos financeiros são considerados mais seguros e com lucros tão vantajosos quanto às ações das empresas.

O mercado de capitais brasileiro é operado pela Brasil Bolsa Balcão S.A. “B3 S.A.”, sucessora da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA). A quantidade de ações na B3 é de 951 empresas, sendo que 551 ações são ativas e 298 ações são efetivamente negociadas. O valor total das empresas é de R\$3.141.151.650,34 na cotação do último dia de negociação de cada empresa no ano de 2017. As sedes das empresas estão distribuídas em 15 estados mais o Distrito Federal e no total de 72 municípios.

A Região do Grande ABC Paulista conta com 6 (seis) empresas com ações negociadas na B3 com valor total de mercado de R\$19.014.461,61 conforme tabela 01.

Tabela 01 - Empresas do Grande ABC Paulista com ações negociadas em Bolsa de Valores em 31/12/2017

	NOME	CIDADE	VLR MERCADO (mil)
1	Bombril	SBernardo do Campo	R\$ 267.081,10
2	CVC Brasil	Santo André	R\$ 6.871.905,44
3	Fibam	SBernardo do Campo	R\$ 1.822,00
4	Mangels Indl	SBernardo do Campo	R\$ 23.826,83
5	Tegma	SBernardo do Campo	R\$ 1.306.226,13
6	Via varejo	São Caetano	R\$ 10.544.103,10
		VALOR TOTAL	R\$ 19.014.464,61

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, a partir de dados do site Econômica.

Há uma concentração das empresas tanto na quantidade quanto no valor dos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro, que juntas compreendem 53,0% e 71,2% respectivamente de todas as empresas com ações negociadas na “B3” (tabela 02).

Levando em consideração a quantidade de empresas com ações negociadas em bolsa de valores, a Região do Grande ABC Paulista ocupa a 7ª posição no ranking, representando 2% das empresas listadas (tabela 02)

Quando avaliado o valor de mercado da empresa, isto é, a multiplicação do valor da ação pela quantidade de ações totais emitidas pela empresa, verifica-se que a posição da região cai para 13ª posição, que representa 0,6% do valor total das empresas com ações negociadas em bolsa de valores (tabela 02).

Esses dados sugerem que, em relação ao mercado de capitais brasileiro, apesar da grande concentração de empresas nas duas principais cidades do país, a Região do Grande ABC Paulista tem uma representação que pode ser considerada significativa levando em consideração o universo de 72 municípios que sediam empresas com ações negociadas em bolsa de valores e com os 5561 municípios brasileiros.

Tabela 02 - Classificação dos municípios brasileiros por valor e por quantidade com ações negociadas em Bolsa de Valores em 31/12/2017

MUNICÍPIO	VLR. MERCADO (milhões)	CLASSIF	% VALOR TOTAL	MUNICÍPIO	QUANT	CLASSIF	% QUANT
São Paulo	R\$ 1.569.758,60	1	50,0%	São Paulo	110	1	36,9%
Rio de Janeiro	R\$ 665.016,53	2	21,2%	R.de Janeiro	48	2	16,1%
Osasco	R\$ 200.521,27	3	6,4%	B. Horizonte	15	3	5,0%
Brasília	R\$ 176.327,54	4	5,6%	Barueri	10	4	3,4%
B. Horizonte	R\$ 87.103,61	5	2,8%	Porto Alegre	9	5	3,0%
Porto Alegre	R\$ 44.244,41	6	1,4%	Brasília	7	6	2,3%
Barueri	R\$ 41.920,91	7	1,3%	ABC	6	7	2,0%
Jaraguá do Su	R\$ 38.890,46	8	1,2%	Curitiba	5	8	1,7%
Curitiba	R\$ 36.666,46	9	1,2%	Salvador	5	9	1,7%
Florianópolis	R\$ 29.944,90	10	1,0%	Florianópolis	3	10	1,0%
Itajaí	R\$ 29.687,70	11	0,9%	Osasco	1	11	0,3%
Salvador	R\$ 26.204,83	12	0,8%	Jaraguá do Sul	1	12	0,3%
ABC	R\$ 19.014,46	13	0,6%	Itajaí	1	13	0,3%
TOTAL	R\$ 2.965.301,74		94,4%		111		37,2%

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, a partir de dados do site Economática.

7. FORMAÇÃO DE NÍVEL TÉCNICO NO GRANDE ABC PAULISTA

Maria do Socorro de Souza
Rubens Topal de C. Bastos

Resumo Executivo

A nota faz um levantamento preliminar da força de trabalho com formação técnica na Região do Grande ABC Paulista. Constatou-se que o número de trabalhadores alocados nas sete cidades da Região, em atividades que exigem a formação técnica, foi reduzido de 29.759 empregados em 2013 para 26.421 empregados em 2016. Este tema será tratado em uma série de notas que terão como objetivo principal destacar a importância da formação técnica no contexto econômico e regional do Grande ABC Paulista.

A Região do Grande ABC Paulista é conhecida historicamente pelo grande número de indústrias de diferentes segmentos econômicos. Isto gera a necessidade de uma força de trabalho capacitada em diversas atividades relacionadas à produção de bens e serviços.

Esta capacitação advém de cursos de formação técnica cuja finalidade é preparar o trabalhador (ou colaborador) para atender às necessidades específicas de atividades relacionadas à atividade produtiva ou prestação de serviços.

O objetivo dessa nota técnica é buscar quantificar, mesmo que preliminarmente, o total da força de trabalho classificada em ocupações de nível técnico o período de 2012 a 2016, nas cidades do Grande ABC Paulista. Para atingir este objetivo proposto, foram pesquisadas as seguintes bases de dados: o site do Ministério do Trabalho - páginas Classificação Brasileira de Ocupações-CBO e a Relação Anual de Informações Sociais-RAIS.

Em sua página eletrônica, o Ministério do Trabalho apresenta o relatório completo da Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar, que descreve e ordena as ocupações em uma estrutura hierarquizada. Isto permite agregar as informações referentes às características ocupacionais, tais como: descrição sumária, formação, experiência e condições gerais para o exercício de uma determinada função.

A base de dados da CBO apresenta os chamados grandes grupos, que agregam as famílias ocupacionais por nível de competência e similaridade nas atividades executadas.

O quadro 1 apresenta somente o grupo denominado “GG 3 - TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO”. Este grande grupo compreende as ocupações cujas atividades principais requerem, para seu desempenho, conhecimentos técnicos e experiência de uma ou várias disciplinas das ciências físicas e biológicas ou das ciências sociais e humanas. Essas atividades consistem em desempenhar trabalhos técnicos relacionados com a aplicação dos conceitos e métodos em relação às esferas referentes à educação de nível médio.

A Relação Anual de Informações Sociais apresenta o número de trabalhadores ocupados em cada família

ocupacional. Assim, para o levantamento dos dados referentes ao grupo “GG 3 - TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO”, foram consultadas a base de micro dados da RAIS, disponibilizada pelo Ministério do Trabalho.

A tabela 1 apresenta o total da força de trabalho alocada em ocupações que exigem formação de nível técnico, considerando o grande grupo “Técnicos de Nível Médio”, no período de 2012 a 2016.

Quadro 1 - Ocupações de Nível Técnico Segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) Domiciliar

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES DOMICILIAR – CBO-DOMICILIAR	
OCUPAÇÕES DE NÍVEL TÉCNICO	
Grupo de base	Titulação
	TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO
3001	TÉCNICOS EM MECATRÔNICA
3003	TÉCNICOS EM ELETROMECAÂNICA
	TÉCNICOS EM LABORATÓRIO
3011	LABORATORISTA INDUSTRIAL
3012	TÉCNICOS DE APOIO À BIOENGENHARIA
	TÉCNICO EM CIÊNCIAS FÍSICAS E QUÍMICAS
3111	TÉCNICOS QUÍMICOS
3112	TÉCNICOS PETROQUÍMICOS
3113	TÉCNICOS EM MATERIAIS DE CERÂMICA E VIDRO
3114	TÉCNICOS EM FABRICAÇÃO DE PRODUTOS PLÁSTICOS E DE BORRACHA
3115	TÉCNICOS EM CONTROLE AMBIENTAL, UTILIDADES E TRATAMENTO DE EFLUENTES
3116	TÉCNICOS TÊXTEIS
3117	COLORISTAS
	TÉCNICOS EM CONSTRUÇÃO CIVIL, DE EDIFICAÇÕES E OBRAS DE INFRAESTRUTURA
3121	TÉCNICOS EM CONSTRUÇÃO CIVIL – EDIFICAÇÕES
3122	TÉCNICOS EM CONSTRUÇÃO CIVIL - OBRAS DE INFRAESTRUTURA
3123	TÉCNICOS EM TOPOGRAFIA, AGRIMENSURA E HIDROGRAFIA
	TÉCNICOS EM ELETRO-ELETRÔNICA E FOTÔNICA
3131	TÉCNICOS EM ELETRICIDADE E ELETROTÉCNICOS
3132	ELETROTÉCNICOS NA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
3134	TÉCNICOS EM ELETRÔNICA
3135	TÉCNICOS EM TELECOMUNICAÇÕES E TELEFONIA
3136	TÉCNICOS EM CALIBRAÇÃO E INSTRUMENTAÇÃO
3137	TÉCNICOS EM FOTÔNICA
	TÉCNICOS EM METALMECÂNICA
3141	TÉCNICOS MECÂNICOS NA FABRICAÇÃO E MONTAGEM DE MÁQUINAS, SISTEMAS E INSTRUMENTOS
3142	TÉCNICOS MECÂNICOS (FERRAMENTAS)
3143	TÉCNICOS EM MECÂNICA VEICULAR
3144	TÉCNICOS MECÂNICOS NA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS, SISTEMAS E INSTRUMENTOS
3146	TÉCNICOS EM METALURGIA (ESTRUTURAS METÁLICAS)
3147	TÉCNICOS EM SIDERURGIA
	TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO EM OPERAÇÕES INDUSTRIAIS
3911	TÉCNICOS DE PLANEJAMENTO DE PRODUÇÃO
3912	TÉCNICOS DE CONTROLE DA PRODUÇÃO

Elaboração dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS. Fonte: Adaptado de Ministério do Trabalho.

De acordo com a tabela 1, é possível observar que o número de trabalhadores alocados nas sete cidades do

Grande ABC Paulista, em atividades que exigem a formação técnica, foi reduzido de 29.759 empregados em 2013 para 26.421 empregados em 2016.

Tabela 1 - Empregados em Ocupações Formais que Exigem Formação Técnica de Nível Médio, total Grande ABC Paulista e por Município, 2012-2016

Município	Ano				
	2012	2013	2014	2015	2016
São Bernardo do Campo	12.554	13.567	12.364	12.154	11.835
Diadema	4.892	4.716	4.642	4.232	3.841
Santo André	4.735	4.957	5.014	4.687	4.555
São Caetano do Sul	3.292	3.178	3.044	3.059	3.154
Mauá	2.594	2.600	2.535	2.483	2.447
Ribeirão Pires	619	637	672	532	489
Rio Grande da Serra	129	104	105	97	100
Total	28.815	29.759	28.376	27.244	26.421

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS. Fonte: Adaptado de Ministério do Trabalho.

Esta redução parece estar relacionada com as mudanças do ciclo econômico e as reformas em curso no Brasil, que, no conjunto, contribuíram para a redução de força de trabalho com carteira assinada.

Cabe uma reflexão, por parte dos atores e instituições que compõem a Região, no que tange às mudanças que se projetam para o futuro do trabalho nos próximos anos, especialmente aquelas relacionadas na chamada “Indústria 4.0” (ou “Manufatura Avançada”), no contexto da quarta Revolução Industrial.

Referências Bibliográficas:

Ministério do Trabalho: Classificação Brasileira de Ocupações. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>>. Acesso em: 11 março 2018.

—

_____.RAIS-Relação Anual de Informações Sociais. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/portal-pdet/>>. Acesso em: 31 janeiro 2018.

8. FORMAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA

Maria do Socorro de Souza

Resumo Executivo

A nota apresenta um levantamento preliminar da formação educacional de nível superior na Região do Grande ABC Paulista, no período de 2010 a 2016. Busca destacar a importância das políticas públicas relacionadas à educação, que contribuíram para a expansão do total de estudantes da Região em Universidades Federais, Estaduais, Municipais e Privadas. No total agregado da Região do Grande ABC Paulista, o número de matriculados caiu de 122.105 em 2014 para 107.967 em 2016.

A economia do Grande ABC Paulista, marcada pela grandeza dos seus números e, mais recentemente, pela velocidade de suas transformações - que, entre outros aspectos, demandam uma força de trabalho de alta qualificação – exige formação educacional adequada para atender às necessidades do atual desenvolvimento econômico e social.

Nesse contexto, as políticas públicas relacionadas à educação são importantes e contribuem para a formação de um contingente cada vez maior de trabalhadores qualificados.

O Programa Universidade Para Todos - PROUNI e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES são, por exemplo, políticas públicas formuladas com o objetivo de permitir e ampliar o acesso da população de baixa renda ao Ensino Superior em instituições de ensino privado, por meio de bolsas ou financiamento.

“O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitos na forma da Lei 10.260/2001” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 2016).

O PROUNI foi institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Tem como objetivo oferecer bolsas de estudos em instituições de educação superior privadas, em cursos de graduação e tecnológicos de formação específica a todos estudantes brasileiros sem diplomas em níveis superiores.

As instituições de ensino que participam do PROUNI ficam isentas de uma série de impostos e incentivos fiscais. Entre eles: o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social e a Contribuição para o Programa de Integração Social.

Na Região do Grande ABC Paulista, essas políticas públicas contribuíram ao longo do tempo para um número elevado de candidatos nos cursos de ensino superior. Entende-se assim que a qualificação da força de trabalho dessa região, tal como em várias outras do Brasil, foi beneficiada por tais políticas adotadas.

A seguir, apresenta-se o total de matrículas realizadas em Instituições de Ensino Superior da Região do Grande

ABC Paulista no período de 2010 a 2016.

Ressalta-se que tais dados estão agrupados, somando-se as Instituições de Ensino nos âmbitos Federal, Estadual, Municipal e Privadas.

Tabela 1 - Matrículas no Ensino Superior na Região do Grande ABC Paulista, 2010 a 2016

Município	MATRÍCULAS						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Diadema	1.873	3.043	3.959	4.227	4.482	4.521	4.058
Mauá	2.333	2.705	2.919	3.116	3.053	2.695	2.877
R.Pires	1.156	990	1.539	1.359	2.014	1.190	991
RGSerra	-	-	-	-	-	-	-
SAndré	34.403	41.791	39.455	38.256	41.946	45.087	37.961
SBCampo	55.940	47.117	49.517	47.868	53.250	53.830	47.121
SCSul	15.023	17.067	17.215	15.833	17.360	16.079	14.959
TOTAL	110.728	112.713	114.604	110.659	122.105	123.402	107.967

Fonte: Elaboração própria da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, a partir da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados-SEADE, 2018.

De acordo com os números apresentados, observa-se que, em 2016, comparativamente aos últimos anos, houve queda do número de matrículas no ensino superior em Ribeirão Pires, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. Já em Diadema, Mauá e Santo André o número de matrículas aumentou no mesmo período. A cidade do Rio Grande da Serra não apresentou dados referentes à formação superior. Registre-se que ainda não há Universidades ou Faculdades em Rio Grande da Serra. No total agregado da Região do Grande ABC Paulista, o número de matriculados caiu de 122.105 em 2014 para 107.967 em 2016.

Referências Bibliográficas:

SEADE: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Portal de Estatísticas do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/tabelas>

9. GESTÃO DE RISCOS (RISK MANAGEMENT) E SUAS APLICAÇÕES NA GESTÃO CONTEMPORÂNEA: SUBSÍDIO PARA O DEBATE ENTRE AS EMPRESAS DO GRANDE ABC PAULISTA

Eduardo de Camargo Oliva
José Turíbio de Oliveira

Resumo Executivo

Assunto não tão usual nos meios executivos, a gestão de riscos corporativos demanda conhecimento e avaliação da amplitude dos mesmos no âmbito empresarial, uma vez que tais eventos indesejáveis podem se apresentar de diferentes maneiras e também se configurarem como oportunidades. Em cenário de retomada de crescimento ou transição de negócios, o adequado tratamento gerencial dos riscos pode significar alavancagem de sucesso para os resultados empresariais. Sugere-se que a gestões empresariais – inclusive aquelas ligadas às empresas presentes no Grande ABC Paulista - reflitam sobre a implantação da gestão de riscos, principalmente em novos eventos, mudanças significativas e após incidentes que provocaram impacto econômico-financeiro.

Contemporaneamente, a gestão de empresas adota diversas ferramentas que proporcionam maior efetividade em relação aos resultados, assim como possibilitam minimizar os riscos que envolvem qualquer negócio.

Nesse cenário, surge a gestão de riscos, que congrega o conjunto de posições e ações adotadas de maneira a que se possa atuar sobre as indesejabilidades que envolvem um processo, um negócio ou mesmo toda a empresa. O objeto de estudo e de ação da gestão de risco são as consequências das incertezas que podem se fazer presentes no cotidiano organizacional.

A gestão de riscos é atividade essencial, principalmente em momentos de incertezas e mesmo de retomada de atividades, o que não exclui sua adoção em momentos de estabilidade. E nesse contexto de momento presente, tal atividade se faz necessária em organizações de todos os portes.

Porém, quando se fala em riscos, deve-se pensar na amplitude de foco que tal tema pode ter. De maneira geral, os riscos podem se caracterizar sob diversos aspectos, como apresentado no quadro 1.

Alguns mecanismos de gestão, no entanto, podem facilitar a análise dos riscos e suas consequências, bem como a procura por normalização da gestão de riscos. É o caso da Norma ABNT NBR ISO-31000, publicada em 2009, que sugere um amplo espectro de considerações sobre riscos e sua gestão. A referida norma apresenta considerações de ordem gerencial e prática sobre a gestão de riscos.

Ainda no âmbito brasileiro merece destaque o Caderno de Gerenciamento de Riscos Corporativos (GRCorp) do IBGC- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Tal documento, em sua versão de 2017, menciona que existem três agentes de defesa, a saber:

1. Os de primeira linha que se constitui nos gestores de unidades e processos com foco nos controles da Administração;
2. Os de segunda linha que se constitui pelo grupo responsável em fixar políticas e metodologias de gestão de riscos corporativos, cujo foco são os diversos controles nas áreas de finanças, segurança, qualidade, conformidade e inspeção;
3. Os de terceira linha, que se constitui na auditoria interna, cujo trabalho é evitar, reportar e minimizar os riscos. Tal caderno menciona também a possibilidade da empresa constituir um Comitê de Riscos, vinculado ao Conselho de Administração.

Quadro 1 - Principais Tipos de Riscos e suas Características quanto à Exposição

Tipos de riscos	Características predominantes da exposição a riscos
Processos e projetos	Efeitos que possam comprometer o sucesso do empreendimento.
Sistemas de Informações Gerenciais (SIG)	Incorreções e sistemas não adequados para tratamento de informações que comprometem decisões.
Sistemas de Informações	Problemas na geração, tratamento e guarda de informações em sistemas computadorizados.
Patrimônio	Comprometimento dos ativos de maneira a impedir as operações regulares.
Comercial	Comprometimento de operações comerciais locais e internacionais.
Imagem	Eventos e situações que comprometem de maneira significativa a percepção da empresa pelos stakeholders.
Crédito	Possibilidades de perdas financeiras decorrentes de inadimplência e insolvência dos clientes.
Legal	Possibilidade de legislações provocarem necessidade de adaptações da empresa.
Recursos Humanos	Falhas e erros cometidos pelos profissionais que comprometam econômica ou financeiramente a empresa.
Mercado	Perda de participação no mercado em função de eventos incontroláveis no ambiente ou falhas da empresa.
Operacional	Parada técnica não programada e problemas em equipamentos que forcem a parada das atividades.
Segurança e Meio Ambiente	Condições que provocam alterações importantes na segurança e nas condições ambientais.

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, com base em: ABNT, ISO-31000, 2009; IBGC, GRcorp, 2017; AS/NZS-4360:2004.

Nos EUA, a Lei federal denominada de Dodd-Frank (Dood-Frank Act), editada em 2010 estabeleceu regras importantes para atuações de empresas do segmento financeiro, de maneira a que se possa minimizar os riscos comuns ao segmento. Não por acaso, tal Lei foi editada após a crise iniciada em 2008.

Em momentos de retomada de atividades ou mesmo de redefinições de modelos de negócios, a gestão de risco torna-se ainda mais significativa em sua importância, uma vez que eventuais perdas podem significar comprometimento de resultado, o que pode impactar de maneira direta os interesses dos acionistas pelo negócio. Neste cenário pode ser recomendada a observância da norma AS/NZS 4360:2004 (Australian Standard / New Zeland Committee) que considera a gestão de riscos como fundamental à boa gestão empresarial, incluindo-a como processo contínuo de aprimoramento gerencial.

Isto posto, sugere-se que a gestão empresarial – inclusive aquela presente na Região do Grande ABC Paulista - reflita sobre a implantação da gestão de riscos, principalmente em novos eventos, mudanças significativas e após incidentes que provocaram impacto econômico-financeiro.

Do ponto de vista dos stakeholders, pode-se considerar que a gestão de riscos pode proporcionar-lhes, dentre outras coisas, a criação de valor para o negócio, melhoria na acuracidade decisória, segurança em processos e fortalecimento de imagem e marca.

Logo, ao investir na criação ou no fortalecimento da gestão de riscos, espera-se mitigação dos impactos decorrentes dos eventos indesejáveis, bem como a eliminação por completo de eventuais efeitos que possam comprometer a empresa em seu ambiente de atuação. Por outro lado, quando atenuados ou mesmo eliminados, a gestão de riscos pode identificar fontes de competitividade para o negócio, ao oferecer segurança e fortalecimento das boas práticas de governança.

10. “SMART CITIES” E INVESTIMENTO PRIVADO NA “INDÚSTRIA 4.0” DO GRANDE ABC PAULISTA

Daniel Vaz

Resumo Executivo

Esta nota técnica apresenta uma breve descrição sobre o conceito e a situação atual de iniciativas desenvolvidas no marco das “smart cities” (cidades inteligentes). A Região do Grande ABC Paulista é bastante conectada ao investimento do setor produtivo industrial instalado. Neste sentido, a Região busca se adaptar às mudanças decorrentes do que vem se convencionando chamar de 4ª Revolução Industrial. Fruto dessa conexão da Região com o tema, os investimentos já realizados ou a se realizar apenas por cinco grandes empresas do setor automotivo, levantados por esta nota, apontam que, em centros de P&D, modernização de plantas e outras adaptações em processos produtivos, entre 2016 e 2020, serão aplicados um total de aproximadamente R\$ 2 bilhões de reais.

Preliminarmente, é válido apresentar uma abordagem relacionada à temática das smart cities – tema sobre o qual se verificam iniciativas de caráter público, privado e híbrido, que possibilitam a cada uma dessas esferas construir o seu conceito, de acordo com a utilidade daquilo que desenvolve ou oferece para tal processo, que é recente e ainda está em construção. Este processo, diga-se, é fruto do avanço e da popularização das chamadas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC’s).

Aqui, utilizaremos o conceito da London’s Global University (UCL - 2012), tomada como referência da Rede Portuguesa de Cidades Inteligentes. Em tradução livre:

“as cidades estão se tornando inteligentes não apenas em termos de automatização de funções rotineiras que atendem pessoas individualmente, edifícios, sistemas de tráfego, mas [também porque] é possível monitorar, entender, analisar e planejar a cidade para melhorar a eficiência, equidade e qualidade de vida dos cidadãos na vida real”.

Segundo o Centro de Inovação para Cidades Inteligentes e IoT (Internet das Coisas) da PUC-RS, este mercado deve movimentar cerca de US\$ 70 bilhões até o final da década de 2020 no Brasil. Este valor decorre da implantação de projetos de iluminação pública e serviços em áreas como mobilidade urbana, pagamentos eletrônicos, segurança e atendimento à saúde.

Os investimentos globais, de acordo com a estimativa da empresa de consultoria e inteligência de mercado IDC, serão da ordem de US\$ 80 bilhões em 2018, chegando a US\$ 135 bilhões em 2021. Na atualidade, entre os maiores mercados de tecnologias de smart cities estão os Estados Unidos (US\$ 22 bilhões em 2018) e a China (US\$ 21 bilhões). Em perspectiva de desenvolvimento está a América Latina, onde o investimento cresceu 28,7% nos últimos cinco anos.

Entre as iniciativas desenvolvidas neste imenso mercado, que tendencialmente apresenta perspectivas de crescimento acelerado e contínuo durante os próximos anos, muitas estão relacionadas com a chamada

Indústria 4.0. Esta exige das empresas que desejam atuar nesse atrativo mercado uma série de atualizações, modernizações e adequações em seus processos produtivos, decorrentes da implantação do uso de novas tecnologias identificadas como parte de um fenômeno alinhado com os movimentos da 4ª Revolução Industrial.

A Região do Grande ABC Paulista, por sua natureza particular, sofrerá fortemente os efeitos positivos e negativos desse processo. Apesar de sua matriz econômica ter modificado substancialmente durante as duas últimas décadas, não é possível ignorar o ainda preponderante papel exercido pelas indústrias instaladas nesse território e nem a necessidade deste importante setor em seguir o movimento global em torno dessa questão.

Neste sentido, a Região busca se adaptar às mudanças decorrentes do que vem se convencionando chamar de 4ª Revolução Industrial. Como prova dessa conexão glocal (pensamento global, ação local) da Região com o tema, os investimentos já realizados ou a se realizar apenas por cinco grandes empresas do setor automotivo, levantados por esta nota, apontam que, em centros de P&D, modernização de plantas e outras adaptações em processos produtivos, entre 2016 e 2020, será aplicado um total de aproximadamente R\$ 2 bilhões de reais.

Quadro 1 - Investimentos de Algumas Empresas do Grande ABC Paulista, 2016 - 2020

Empresa	Departamento	Valor (em R\$)	Observações
Saab-Scania *	Centro de Pesquisa e Desenvolvimento	170.000.000,00	Valor equivalente a US\$ 50 milhões, convertidos para o real à taxa de 3,40; Previsão de início: maio/18
Toyota**	Centro de Pesquisa Aplicada	46.000.000,00	Investimento realizado a partir de 2016
General Motors ***	Ampliação e modernização da linha de montagem	1.200.000.000,00	Investimento a ser realizado até 2020
Otis****	Centro de Desenvolvimento	30.000.000,00	Investimento realizado a partir de 2017
Mercedes Benz*****	Modernização das fábricas e desenvolvimento de novos produtos	500.000.000,00	Investimento a ser realizado até 2020; Além desse valor, a empresa anunciou o investimento de R\$ 2,4 bilhões até 2022, nas plantas de São Bernardo do Campo e Juiz de Fora, sem apontar a quantidade de recursos direcionados a cada uma delas.
Total:		1.946.000.000,00	

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS.
 Fonte:* ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial;** Relatório de Sustentabilidade da Empresa, ano 2017;*** Declaração pública da empresa;****Jornal DCI;***** Declaração pública da empresa.

Não é possível aferir exatamente se esses recursos estão realmente sendo utilizados para tal fim. O que se pode deduzir através desta nota técnica é que, pelo menos, existe uma decisão consistente do setor industrial instalado no Grande ABC Paulista em participar do grande mercado de soluções inteligentes e sustentáveis ambientalmente que vem se formando no mundo.

Referências Bibliográficas:

Índice de cidades Inteligentes Portugal – Rede Portuguesa de Cidades Inteligentes, 2012

Jornal O Estado de São PAULO, disponível em <http://economia.estadao.com.br/blogs/ecoando/tecnologias-de-cidades-inteligentes-devem-movimentar-us-59-bilhoes-nos-proximos-anos-no-brasil/>. Acesso em 22/04/2018

Jornal DCI, Disponível em <https://www.dci.com.br/2.219/otis-investe-em-centro-de-desenvolvimento-no-brasil-1.489464>. Acesso em 22/04/2018

Jornal O Estado de São Paulo, disponível em <http://estradao.estadao.com.br/caminhoes/mercedes-benz-tem-nova-fabrica-em-sao-bernardo-campo/>. Acesso em 22/04/2018

Jornal Valor Econômico, disponível em <http://www.valor.com.br/empresas/5150018/mercedes-benz-vai-investir-r-24-bilhoes-no-brasil-entre-2018-e-2022>. Acesso em 22/04/2018

Relatório de Sustentabilidade Toyota 2017, disponível em <http://www.toyota.com.br/mundo-toyota/sustentabilidade/pdf/toyotaRAS2017-versao-simplificada.pdf>. Acesso em 22/04/2018

SmartCities of the Futures - London's Global University, 2012: disponível em <http://www.complexcity.info/files/2013/08/BATTY-EPJST-2012.pdf>

11. A FORÇA AÉREA BRASILEIRA E O PROJETO GRIPEN: POTENCIAL E DESAFIOS DO GRANDE ABC PAULISTA PARA PROMOVER EMPREGO E RENDA

Volney Gouveia

Resumo Executivo

A instalação da nova fábrica da empresa sueca SAAB em São Bernardo do Campo colocará o ABC na rota do desenvolvimento da indústria aeronáutica. A sua construção e o início da fabricação de componentes para os novos caças da FAB têm potencial para gerar R\$ 1,1 bilhão de renda e 253 mil novos empregos (diretos, indiretos e induzidos). Esta oportunidade de investimento permitirá, ainda que timidamente, diminuir a dependência externa do país a insumos de alto valor agregado e ampliar as oportunidades de desenvolvimento do próprio ABC.

O projeto do governo brasileiro de renovação da frota de aeronaves da Força Aérea Brasileira prevê a aquisição de 36 caças de última geração da empresa sueca Saab. O acordo, firmado oficialmente em 2015, prevê também a troca de tecnologia e a incorporação de capacidade tecnológica, o que permitirá ao país, no futuro, desenvolver seus próprios projetos de aviões de caça.

O programa de transferência de tecnologia engloba quatro principais áreas: treinamento teórico; programas de pesquisa e tecnologia; treinamento on the job na Suécia e desenvolvimento e produção. A entrega das primeiras aeronaves ocorrerá entre 2019 e 2024. Nestes últimos dois anos, a Saab já realizou transferência substancial de tecnologia para empresas brasileiras como Embraer, Akaer, Atech e AEL Sistemas.

O valor diretamente envolvido na aquisição das aeronaves está estimado em US\$ 4,5 bilhões. Este valor está próximo do montante que o Brasil importa de componentes aeronáuticos, que são utilizados na fabricação de aeronaves e componentes aeroespaciais. A internalização da produção dos caças Gripen representa uma oportunidade de ouro para o país se tornar menos dependente das importações e desenvolver sua própria cadeia produtiva de suprimentos.

Figura 1 : Linha de Produção da SAAB



Fonte: Aereo (2018) – disponível em www.aereo.jor.br.

Apesar da fábrica que montará as aeronaves situar-se em Gavião Peixoto, interior de São Paulo, a SAAB inaugurará uma fábrica de componentes em São Bernardo do Campo (SAM - Saab Aeronáutica Montagens), no Grande ABC Paulista. A estimativa é que esta fábrica produza 80% dos componentes utilizados na montagem das aeronaves. A previsão é gerar 250 novos empregos até 2024. Os investimentos na planta produtiva estão estimados em US\$ 150 milhões (aproximadamente R\$ 480 milhões).

A instalação da fábrica em São Bernardo do Campo produzirá efeitos multiplicadores de emprego e renda limitados, considerando a complexidade da indústria aeronáutica. Prevê-se a geração de 250 novos postos de trabalho. Torna-se importante, assim, ampliar o escopo de atuação de empresas do segmento aeronáutico no Município de São Bernardo do Campo e Região do Grande ABC Paulista como um todo, considerando que o valor do projeto é expressivo (US\$ 4,5 bilhões).

É possível estimar, a partir de coeficientes apresentados por Lemos et al (2009), os impactos de novos empreendimentos em São Bernardo do Campo em termos de emprego e renda não apenas para o setor aeronáutico mas, sobretudo, para os outros ramos de atividade do município. Para isto, considera-se que, para a implantação de uma indústria de componentes aeronáuticos, são seguidas duas etapas: a construção da planta produtiva e a produção serial. A construção da planta gera benefícios temporários e a produção em série produz benefícios perenes. Tentar-se-á na sequência estimar os ganhos para o município de SBC e o quão representativos são os valores.

Para a construção da planta, segundo a FGV (2013), os efeitos diretos e indiretos sobre o emprego e renda da construção civil podem ser estimados a partir dos dados da tabela 1:

O investimento de R\$ 480 milhões na construção da fábrica tem potencial para gerar efeitos diretos e indiretos de 8,6 mil novos empregos, considerando que metade do valor (R\$ 240 milhões) seria aplicada apenas na construção da fábrica. Isto representaria no período de três anos a geração de renda no valor de R\$ 216 milhões (diretos e indiretos), ampliando a receita do município em mais de R\$ 14 milhões.

Para a produção em série, segundo Lemos et al (2009), o setor aeronáutico emprega profissionais com formação acadêmica em nível superior (30%), médio (60%) e inferior (9%). Os autores estimam que, para cada milhão de reais de produção gerada no setor aeronáutico, 22 novos empregos diretos são produzidos, sendo 7 de nível superior, 13 de nível médio e 2 de nível inferior.

Tabela 1 - Efeito Multiplicador de Emprego e Renda na Construção Civil por R\$ mi

Emprego (unid.)		Renda (R\$)	
Direto	Indireto	Direto	Indireto
14	22	464,25	838,23

Fonte: FGV (2013).

Considerando o valor estimado do projeto da FAB de US\$ 4,5 bilhões (R\$ 14,4 bilhões), e que 80% dos componentes pudessem ser produzidos na planta de São Bernardo do Campo, haveria potencial de geração de 254 mil postos de trabalho (diretos e indiretos), sendo 80 mil de nível superior, 149 mil médio e 23 mil de nível inferior, no melhor cenário.

Se considerarmos que a planta participasse com 20% da produção, 63,3 mil novos postos de trabalho poderiam ser gerados. A tabela 2 mostra a distribuição de empregos que podem ser gerados por nível de instrução para diferentes percentuais da produção gerada, bem como a população disponível por nível de instrução. aeronáutico era de R\$ 2,6 mil em 2010, que atualizados pelo IPCA até 2017 gira em torno de R\$ 4,3 mil.

Em termos de renda, um estudo da CNM/CUT (2010) aponta que o rendimento médio dos trabalhadores do

Tabela 2 - Geração de Empregos e população de SBC por Nível de Formação

Formação acadêmica	Empregos por percentual da produção		População de São Bernardo do Campo
	20%	80%	
Superior	20.160	80.640	146.505
Médio	37.440	149.760	138.735
Inferior	5.760	23.040	540.590
Totais	63.360	253.440	825.830

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS- CONJUSC. Fonte: Lemos et al (2009) e IBGE (2016).

segmento aeronáutico era de R\$ 2,6 mil em 2010, que atualizados pelo IPCA até 2017 gira em torno de R\$ 4,3 mil. O desenvolvimento da cadeia produtiva em SBC tem potencial para a geração de renda entre R\$ 300 mi e R\$ 1,1 bilhão no período de seis anos (considerando que o projeto de entrega dos caças supersônicos ocorra em 2024 conforme previsto), ou uma média de R\$ 684 mi. A tabela 3 apresenta os diferentes montantes de

Tabela 3 - Geração de Empregos e Pop. de SBC por Nível de Formação

Formação acadêmica	Renda em R\$ mi		Renda (R\$) média
	20%	80%	
Superior	87,1	348,5	217,8
Médio	161,8	647,2	404,5
Inferior	24,9	99,6	62,2
Total	273,8	1095,3	684,6

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS- CONJUSC. Fonte: Lemos et al (2009) e IBGE (2016). Fonte: CNM/CUT (2010).

renda para os diferentes níveis de qualificação profissional e de produção.

Segundo a CNM/CUT (2010), o total de trabalhadores no ramo metalúrgico era de 2,27 milhões, sendo 26 mil (1,1%) alocados no setor aeroespacial. A implantação de uma indústria na Região do Grande ABC Paulista, a exemplo da fábrica da SAAB, ampliaria a participação destes trabalhadores no setor, podendo alcançar 2,5 milhões no total e, no caso de SBC, 253 mil se a maior parte dos componentes dos caças fosse produzida localmente.

No entanto, a fragilidade da cadeia produtiva, que leva as empresas aqui instaladas a importar os equipamentos, diminui este potencial de geração de emprego. Assim, torna-se necessário fortalecer a cadeia de suprimentos interna por meio de estímulo para que mais empresas se instalem na região de forma a produzir emprego e renda, principalmente num contexto em que a produção de caças para a FAB será temporária e a construção de uma matriz produtiva mais complexa permitiria ao país, com a contribuição do município de SBC, de tornar o país menos dependente de insumos importados, contribuindo para a manutenção dos empregos e rendas gerados e, ao mesmo tempo, diminuiria a dependência do país às tecnologias forenses.

Referências Bibliográficas:

CAMILO, N. Teoria e Prática na Utilização da Matriz Insumo-Produto como Ferramenta de Pesquisa. PR, UFPR: n.d.

CNM/CUT. Setor Aeroespacial. SP: Dieese, 2010.

FIEMG. Contribuição Econômica e Social da Cadeia Produtiva da Construção no Estado de Minas Gerais. MG, Câmara da Indústria da Construção: 2013.

GARGIULO, F. R. Indústria de Construção Aeronáutica, o Caso da Embraer: História e Avaliação. RJ, FGV, 2008.

GOMES, S.B. V. A indústria aeronáutica no Brasil: evolução recente e perspectivas. RJ: BNDES, n.d.

IBGE. Indicadores Estatísticos. DF, 2018.

LEMOS, M. G. et al. Indústria Aeronáutica. MG, UFMG: 2009.

SEADE. PIB dos municípios paulistas 2002-2014. SP, SPG: n.d.

TEIXEIRA, L. P. e CARVALHO, F. M. A. A Construção Civil como Instrumento do Desenvolvimento da Economia Brasileira. PR, Revista Paranaense de Desenvolvimento: 2005.

12. PERFIL DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS NO GRANDE ABC PAULISTA

Jefferson José da Conceição
Gisele Yamauchi

Resumo Executivo

Esta nota apresenta o perfil estimado das MEIs no Grande ABC Paulista em 2017. Calcula-se que do total de 104.804 MEIs inscritos até 2017, haja 83.843 MEIs em efetivo funcionamento na região, descontando-se as pessoas que se inscreveram no portal, mas ainda não operam. Há uma relativa igualdade de participação entre homens e mulheres. Verifica-se também equilíbrio também entre as faixas etárias, à exceção das pessoas até 20 anos, que tem baixa participação. Destaque para a atividade de “cabelo e estética” com 9.502 MEIs (11,4% do total).

A nota apresenta o perfil estimado dos microempreendedores individuais (MEIs) no Grande ABC Paulista em 2017.

Estima-se que o número de microempreendedores individuais que efetivamente estavam operando no Grande ABC Paulista em 2017 era de 83.843 pessoas. Este total considera, por hipótese, que pelo menos 20% do total de 104.804 MEIs inscritos no portal do empreendedor seja composto por empreendedores que abriram a empresa no portal, mas que, por diversos fatores, realmente ainda não executam atividades.

Destaca-se que, de acordo com o perfil verificado, a composição por gênero entre os empreendedores na região mostra praticamente uma situação próxima a do equilíbrio entre homens e mulheres: 52% homens (43.598 pessoas), 48% mulheres (40.245 pessoas).

Por idade, nota-se que a faixa etária majoritária de presença de empreendedores é a que contempla pessoas de 31 a 40 anos (33,4% ou 28.004 pessoas). Contudo, também são significativas as participações das faixas de 41 a 50 anos (23,8% ou 19.955 pessoas), de 21 a 30 anos (21,7% ou 18.194 pessoas); e acima de 51 anos (20,3% ou 17.020 pessoas). Apenas a faixa até 20 anos possui percentual baixo de participação (0,8% ou 671 pessoas), o que era de se esperar em função de vários motivos: muitos jovens se encontram em período escolar; a pouca experiência dos jovens nesta idade; o reduzido capital acumulado pelos jovens para empreender; a dificuldade de acesso ao crédito por parte deste segmento.

Na forma de atuação, o perfil estimado aponta para um total de 38.652 microempreendedores individuais no Grande ABC Paulista que trabalham “em estabelecimentos fixos” (46,1%). A segunda e terceira formas de atuação mais frequente são, respectivamente, a dos MEIs que operam “porta a porta, postos móveis ou ambulantes” (23,0% ou 19.284 pessoas) e a dos microempreendedores que se encontra “em local fixo fora da loja” (11,4% ou 9.558 pessoas).

Chama a atenção ainda o número estimado de MEIs que operam por meio da internet no Grande ABC Paulista: 9.474 (11,3%). Há uma tendência de crescimento deste indicador nos próximos anos.

Em relação às atividades, estima-se um total expressivo de 15.107 pessoas (18% do total de MEIs) nas atividades de “Comércio Varejista de artigos de vestuário e acessórios” e de “Cabeleireiros”. Aliás, destaca-se entre as informações o número de atividades ligadas à área de beleza. Além dos cabeleireiros, esta conta também com a dos MEIs ligados “a outras atividades de tratamento de beleza”. No total, são 9.502 MEIs no Grande ABC Paulista relacionadas ao segmento de cabelo e estética (ou 11,4% do total).

Perfil estimado dos microempreendedores individuais (MEIs) no Grande ABC Paulista (sete municípios) em 2017

GÊNERO	%*	MEIs INSCRITOS ESTIMADOS**	MEIs EFETIVOS ESTIMADOS**
Homens	52,0%	54.498	43.598
Mulheres	48,0%	50.306	40.245
TOTAL DE MEIs NO GRANDE ABC PAULISTA	100,0%	104.804	83.843

FAIXA ETÁRIA	%*	MEIs INSCRITOS ESTIMADOS**	MEIs EFETIVOS ESTIMADOS**
Até 20 anos	0,8%	838	671
de 21 a 30 anos	21,7%	22.742	18.194
de 31 a 40 anos	33,4%	35.005	28.004
de 41 a 50 anos	23,8%	24.943	19.955
Acima de 51 anos	20,3%	21.275	17.020
TOTAL DE MEIs NO GRANDE ABC PAULISTA	100,0%	104.804	83.843

FORMA DE ATUAÇÃO	%*	MEIs INSCRITOS ESTIMADOS**	MEIs EFETIVOS ESTIMADOS**
Estabelecimento fixo	46,1%	48.315	38.652
Porta a porta, postos móveis ou ambulantes	23,0%	24.105	19.284
Em local fixo fora da loja	11,4%	11.948	9.558
Internet	11,3%	11.843	9.474
Televendas	3,9%	4.087	3.270
Correios	3,4%	3.563	2.851
Máquinas automáticas	0,9%	943	755
TOTAL DE MEIs NO GRANDE ABC PAULISTA	100,0%	104.804	83.843

ESTIMATIVA DAS 10 PRINCIPAIS ATIVIDADES DOS MEIs NO GRANDE ABC PAULISTA	%*	MEIs INSCRITOS ESTIMADOS**	MEIs EFETIVOS ESTIMADOS**
1. Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	9,5%	9.918	7.934
2. Cabeleireiros	8,6%	8.967	7.173
3. Obras de alvenaria	4,2%	4.353	3.482
4. Outras atividades de tratamento de beleza	2,8%	2.911	2.329
5. Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	2,7%	2.786	2.229
6. Instalação e manutenção elétrica	2,3%	2.427	1.942
7. Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar	2,3%	2.358	1.887
8. Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas	2,0%	2.125	1.700
9. Serviços ambulantes de alimentação	2,0%	2.105	1.684
10. Promoção de vendas	1,9%	2.024	1.619
Outros	61,9%	64.830	51.864
TOTAL	100,0%	104.804	83.843

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, baseado nas seguintes hipóteses: *a) percentuais de distribuição apresentados na pesquisa “Perfil do Microempreendedor Individual (MEI) Estado de São Paulo”, elaborado por SEBRAE/SP 2016, se aplicam ao perfil dos MEIs no Grande ABC Paulista; **b) o total de MEIs efetivos corresponde a 80% do total de MEIs inscritas no Grande ABC Paulista, já que alguns MEIs são inscritos, mas não executam atividade efetivamente.

13. CARACTERÍSTICAS DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS DO GRANDE ABC PAULISTA

Álvaro Francisco Fernandes Neto
Antônio Aparecido de Carvalho

Resumo Executivo

A nota técnica apresenta a evolução do número de microempreendedores individuais (MEIs) de 2009 a 2017 nos municípios que compõem a Região do Grande ABC Paulista; as atividades econômicas com maior destaque, dentre elas as de cabeleireiro, comércio varejista de roupas e acessórios e outras atividades voltadas ao tratamento de beleza. Nas cidades de Diadema e Mauá, as atividades relacionadas com manutenção e instalação elétrica e obras de alvenaria podem ser destacadas em relação ao público masculino. A forma de atuação predominante é em espaços fixos e a faixa etária com maior concentração está entre 31 e 40 anos.

Micro empreendedorismo Individual

Devido ao acelerado crescimento verificado nos últimos anos no número de microempreendedores individuais (MEI) nos sete municípios da Região do Grande ABC Paulista (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra), a presente pesquisa buscou identificar as características destes microempreendedores, as atividades econômicas mais desempenhadas e a participação por gênero, faixa etária e tipo de atuação. Para a coleta de dados, foi utilizada a base estatística do Portal do Microempreendedor.

Microempreendedor Individual é a denominação criada pela Lei Complementar 128/2008. A Lei teve por objetivo diminuir a informalidade e, desta forma, promover a inserção de milhões de pessoas no mercado formal de trabalho, gerando emprego, renda e arrecadação tributária. Além da formalização, o microempreendedor passa a gozar de benefícios, como a aposentadoria e auxílio doença, além da possibilidade de participação em licitações abertas pelo setor público.

O registro é feito pelos órgãos governamentais ou no Portal do Microempreendedor. É considerado MEI aquele que obteve faturamento anual de até R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), emprega no máximo um funcionário e não possui participação societária em outras empresas. São mais de 400 atividades econômicas cadastradas.

Os custos mensais para formalização variam conforme o ramo de atividade demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 - Microempreendedor Individual: Custos por Atividade

Atividade	INSS ¹	ICMS	ISS	TOTAL
Comércio e Indústria	R\$ 47,70	R\$ 1,00		R\$ 48,70
Serviços	R\$ 47,70		R\$ 5,00	R\$ 52,70
Comércio e Serviços	R\$ 47,70	R\$ 1,00	R\$ 5,00	R\$ 53,70

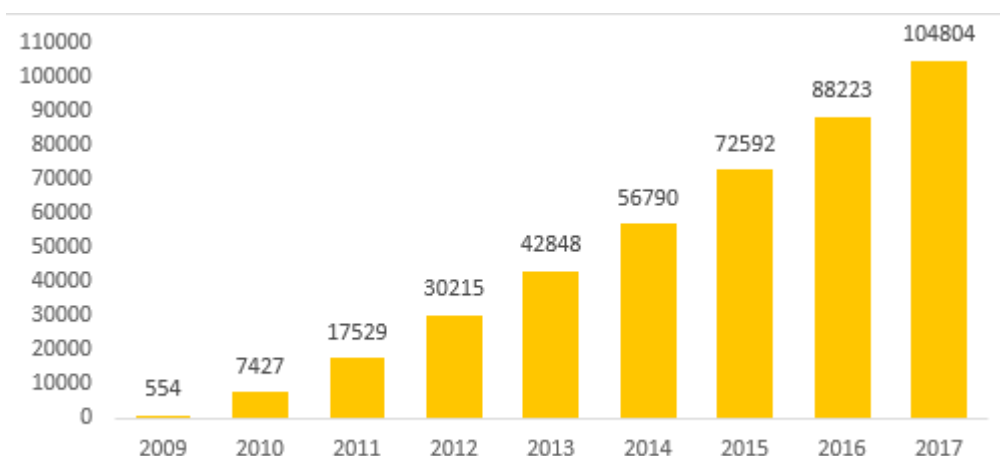
Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Fonte: Adaptado de Portal do Microempreendedor Individual (2018). Nota: (1) Corresponde a 5% do Salário Mínimo.

Conforme os indicadores do SIMEI (2018), o Brasil tinha 7.738.590 microempreendedores em 2017, sendo que deste contingente 2.010.554 localizavam-se no Estado de São Paulo. O número total de MEI's inscritas nos sete municípios da Região do Grande ABC Paulista estava estimada em 104.804. Do número total de MEI's inscritas, estima-se que 80% estavam em efetivo funcionamento, conforme Nota intitulada "PERFIL DOS MEIS NO GRANDE ABC PAULISTA", de Jefferson José da Conceição e Gisele Yamauchi, também publicada nesta edição.

Evolução das MEIs na Região do Grande ABC Paulista

O Gráfico 1 demonstra a evolução dos microempreendedores inscritos nos municípios do Grande ABC Paulista de 2009 a 2017.

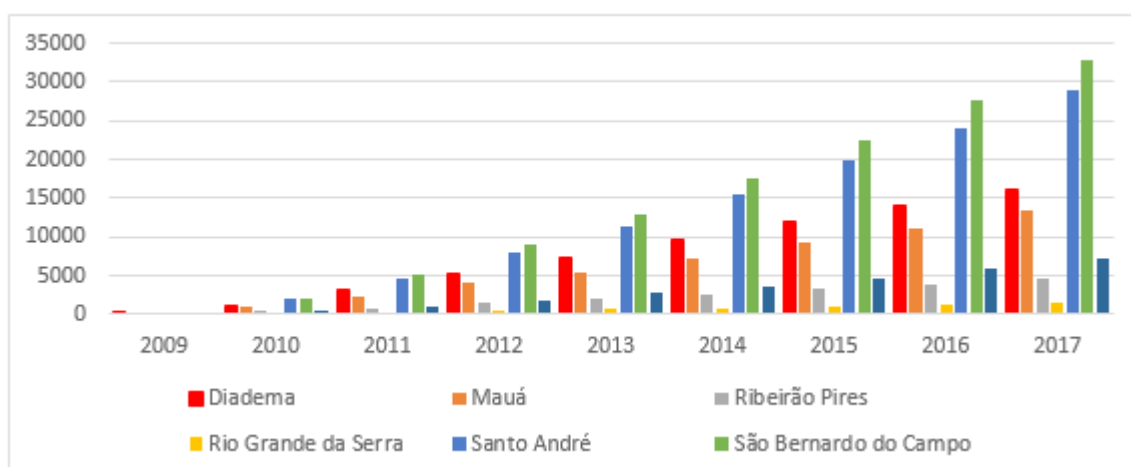
Gráfico 1 - Evolução do número total de inscrição de MEIs em termos consolidados na Região do Grande ABC Paulista no período 2009-2017



Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Fonte: Adaptado de Portal do Microempreendedor Individual (2018).

O Gráfico 2 apresenta essa evolução por município da Região. Os três que possuem a maior quantidade de MEI's inscritos: São Bernardo do Campo, Santo André e Diadema.

Gráfico 2 - Evolução do número total de inscrição de MEIs por município da Região do Grande ABC Paulista no período 2009-2017



Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Fonte: Adaptado de Portal do Microempreendedor Individual (2018).

Atividades com maior Participação nas Cidades do Grande ABC Paulista

Dentre as mais de 400 atividades econômicas cadastradas, destacam-se, no Grande ABC Paulista, as de cabeleireiro, comércio varejista de artigos de vestuário e outras atividades de tratamento de beleza. Os municípios de Mauá e Diadema, além das atividades voltadas para comércio varejista de vestuário e acessórios e cabeleireiros, apresentam atividades ligadas às obras de alvenaria e manutenção e instalação elétrica.

Tabela 2 - MEI – Principais Atividades por Gênero em Santo André

Atividade	Total	Masculino	Feminino
Cabeleireiros	2.415	521	1.894
Comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios	1.553	322	1.231
Outras atividades de tratamento de beleza	825	42	783

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS. Fonte: Adaptado de Portal do Microempreendedor Individual (2018).

Tabela 3 - MEI – Principais Atividades por Gênero em São Bernardo do Campo

Atividade	Total	Masculino	Feminino
Comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios	1.920	381	1.539
Promoção de vendas	918	460	458
Cabeleireiros	2.645	535	2.110

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS. Fonte: Adaptado de Portal do Microempreendedor Individual (2018).

Tabela 4 - MEI – Principais Atividades por Gênero em São Caetano do Sul

Atividade	Total	Masculino	Feminino
Cabeleireiros	579	127	452
Outras Atividades de tratamento de beleza	265	14	251
Comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios	346	76	270

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS. Fonte: Adaptado de Portal do Microempreendedor Individual (2018).

Tabela 5 - MEI – Principais Atividades por Gênero em Diadema

Atividade	Total	Masculino	Feminino
Comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios	1.007	220	787
Cabeleireiros	1.473	383	1.090
Instalação e Manutenção elétrica	301	275	26
Obras de alvenaria	386	378	8
Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos	457	411	46

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS. Fonte: Adaptado de Portal do Microempreendedor Individual (2018).

Tabela 6 - MEI – Principais Atividades por Gênero em Mauá

Atividade	Total	Masculino	Feminino
Instalação e Manut. elétrica	282	250	32
Obras de alvenaria	370	350	20
Comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios	809	191	618
Fornecimento Alimentos	282	61	221
Cabeleireiro	1.150	289	861

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS. Fonte: Adaptado de Portal do Microempreendedor Individual (2018).

Tabela 7 - MEI – Principais Atividades por Gênero em Ribeirão Pires

Atividade	Total	Masculino	Feminino
Comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios	278	51	227
Fornecimento de alimentos preparados para consumo domiciliar	105	24	81
Cabeleireiros	340	80	260
Outras atividades de tratamento de beleza	108	3	105

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS. Fonte: Adaptado de Portal do Microempreendedor Individual (2018).

Tabela 8 - MEI – Principais Atividades por Gênero em Rio Grande da Serra

Atividade	Total	Masculino	Feminino
Cabeleireiros	124	25	99
Comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios	96	22	74
Obras de Alvenaria	81	79	2

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS. Fonte: Adaptado de Portal do Microempreendedor Individual (2018).

Forma de atuação

Em relação à forma de atuação, o MEI pode atuar como: estabelecimento fixo; porta a porta; internet; local

Tabela 9 - MEI's sob a forma de estabelecimento fixo nos municípios da Região do Grande ABC Paulista

Município	Número	Participação %
Santo André	14.113	37,71
São Bernardo do Campo	16.727	39,75
São Caetano do Sul	3.790	38,42
Diadema	8.537	44,27
Mauá	7.336	46,22
Ribeirão Pires	1.896	35,33
Rio Grande da Serra	739	40,56
Grande ABC Paulista	53.158	-

Elaboração dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS. Fonte: Adaptado de Portal do Microempreendedor Individual (2018).

fixo, fora da loja; televidas; correio e máquinas.

No Brasil, a forma de atuação de maior frequência é o “estabelecimento fixo”, com 4.390.219 estabelecimentos (47,69%). No Estado de São Paulo, pode ser observada a mesma tendência com 1.064.756 estabelecimentos fixos (43,71%), assim como na Região do Grande ABC Paulista (53.158), conforme ilustrado na Tabela 9.

Faixa etária

A faixa etária de pessoas que atuam como MEI no Brasil está concentrada entre 31 e 40 anos (2.070.601), que corresponde a 31,26%. No Estado de São Paulo, o número é de 545.310 pessoas. Nos municípios da Região do Grande ABC Paulista, é possível observar a mesma situação para essa faixa etária (27.176) conforme ilustra a tabela 10.

Considerações Finais

Tabela 10 - Faixa etária de 31 a 40 anos por cidade

Município	Número	Participação %
SAndré	8.037	31,71
SBCampo	9.182	32,28
SCSul	2.078	30,98
Diadema	4.530	33,91
Mauá	3.802	33,25
Ribeirão Pires	1.187	30,03
RGSerra	438	33,48
	29.254	

Elaboração: Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS. Fonte: Adaptado de Portal do Microempreendedor Individual (2018).

Da análise dos dados, é possível concluir que, apesar da grande diversidade das atividades econômicas apresentadas para os microempreendedores individuais, a grande concentração nas cidades da Região do Grande ABC Paulista está nas seguintes atividades: salões de cabeleireiro, atividades voltadas ao ramo de roupas e acessórios e outras atividades relacionadas a tratamento de beleza, ramos onde prevalece a presença feminina. A forma de atuação está representada com maior percentual em estabelecimentos fixos e a faixa etária predominante é a de 31 a 40 anos.

14. O ECOSISTEMA DE STARTUPS NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA

Paulo Roberto Silva (Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul- ITESCS)

Resumo Executivo

A Região do Grande ABC Paulista está se inserindo no movimento de empreendedorismo por meio das startups. Em poucos anos a região começa a desenvolver os elementos que caracterizam um “ecossistema”, ou seja, um “conjunto compartilhado de atitudes, valores, objetivos e práticas” favoráveis ao empreendedorismo de base tecnológica (KON, 2014: 3). Esta nota técnica apresentará quais elementos de um ecossistema de startups já existem no ABC. Neste ecossistema regional, encontram-se, entre outros, as 34 startups aqui divulgadas.

1. O Que é um Ecossistema de Startups

Uma startup é definida por Eric Ries como “uma instituição humana projetada para criar novos produtos e serviços sob condições de extrema incerteza” (RIES, 2011). Peter Thiel define uma startup como uma organização que desenvolve coisas novas ou “de 0 a 1”, por isso atua diretamente na inovação tecnológica (THIEL, 2014: 8).

Saxenian (1990) já apontava que a principal vantagem competitiva do Vale do Silício para o negócio de tecnologia era sua estrutura em rede de pequenas empresas cooperando entre si:

“Uma variedade de instituições regionais - incluindo a Universidade de Stanford, diversas associações empresariais e organizações locais de negócios, e uma miríade de consultorias especializadas, pesquisas de mercado, fundos de capital de risco e empresas de relações públicas - oferecem serviços técnicos, financeiros e relacionamentos que essas empresas não poderiam contratar individualmente” (SAXENIAN, 1990: 96)

A Up Global, uma das mais tradicionais aceleradoras de startups do mundo, atualmente incorporada pela Techstars, aponta os seguintes elementos para um ecossistema de startups:

- I. Talentos:** capital humano capacitado para operar tecnologias de fronteira;
- II. Cultura:** mentalidade voltada à resolução de problemas e de aceitação do risco e do fracasso como parte do processo;
- III. Capital:** presença de investidores em capital de risco;
- IV. Ambiente regulatório:** legislação favorável ao empreendedorismo;
- V. Densidade:** redes de relacionamento entre empreendedores, investidores, mentores e universidades bem estruturadas e conectadas.

2. O Cenário no Grande ABC Paulista

A presença da indústria e de universidades com projeção nacional na Região do Grande ABC Paulista marcou

historicamente o substrato sobre o qual o ecossistema empreendedor está sendo construído na região. Sem as universidades, os pilares de talentos e cultura não seriam desenvolvidos na região, atrasando o desenvolvimento do ecossistema. Contou também para este processo o esforço de construção do Arranjo Produtivo Local (APL) de Tecnologia da Informação no município de São Caetano, que atraiu empreendedores de base tecnológica para a região.

As universidades estão se destacando na criação de espaços para o desenvolvimento de uma cultura empreendedora local. Destaca-se neste processo:

- a. a parceria entre o ITESCS e a USCS, que possibilita o oferecimento de conteúdos empreendedores e hackathons à comunidade acadêmica;
- b. a Mondó, incubadora da universidade Metodista;
- c. o UpLab do Senai SP em São Caetano do Sul;
- d. o laboratório de indústria 4.0 do Instituto Mauá de Tecnologia e;
- e. a incubadora da Universidade Federal do ABC.

Em 2016, a região deu o primeiro passo para a construção de uma rede local de investidores em capital de risco, com a criação do Núcleo Regional da Anjos do Brasil. Foram também realizadas duas rodadas de investimento dos investidores da rede em startups locais, a Filho Sem Fila, que captou R\$ 100 mil, e a VegPet, com R\$ 800 mil em capital levantado. Em 2017 a rede de investidores avançou com a criação da Lunctus, uma rede de investidores anjo, e da Dodeka Investimentos, o primeiro fundo local de capital de risco para startups.

O associativismo empresarial permitiu a expansão da densidade de rede na região. Além do ITESCS, contribuiu para a densidade da rede os grupos do BNI (Business Networking International) na região, as associações comerciais, os CIESPs e outros grupos de networking de empresários. Essas redes conectaram empreendedores experientes locais a programas como o Inovativa, do Sebrae e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - MDIC, possibilitando a formação de mentores locais e o desenvolvimento da cultura empreendedora local. O Sebrae está tendo um papel relevante na promoção do empreendedorismo digital na região.

Também contribuiu com a densidade da rede o surgimento dos coworking locais. De acordo com a plataforma Beeror Coffee, a Região do Grande ABC Paulista conta com dez espaços de trabalho compartilhados registrados, o que acelera a cultura de compartilhamento e troca de experiências. Surgem também prestadores de serviços especializados em startups.

O resultado é a existência de 34 startups na região (conforme Sebrae e ITESCS):

Quadro 1 – Existência de 34 Startups na Região do Grande ABC Paulista

Startup	Solução oferecida
Apponte.me	relógio de ponto digital
ArgonInformática	sistema de gestão para cartórios
Autoware	software para concessionárias de veículos
A&T Grupo	empresa de comunicação
AVRX Tecnologia	soluções para o comércio varejista
Bilbbo	streaming de livros
Bilheteria Express	venda online de ingressos

Botnicks	software especializado em chatbot
CommCloud	plataforma de conteúdo
Condweb	gestão digital de condomínios
Dispute Click	plataforma de advergame para e-commerce
Emerak	governança corporativa para startups
Engage	gamificação no ambiente corporativo
Evoit	plataforma de omnichannel
Filho sem Fila	aplicativo para reduzir espera dos filhos nas escolas
Fito bula	startup de saúde com orientações sobre produtos vegetais
Fix	aplicativo de pequenos reparos para imóveis
Futuritos	plataforma para presentear jovens e registrar a infância
Indica obra	reúne fornecedores e profissionais para construção civil
Let Project	plataforma para profissionais de arquitetura, engenharia e design de interiores
Lua de mel cotas	plataforma na qual noivos são presenteados com ajuda financeira para a lua de mel
MobileMed	Sistema para diagnósticos à distância
Noctuum Educação	curso pré-vestibular de financiamento cruzado
Público Alvo TV	plataforma de mídia programática para vídeo
Redemídia.TV	plataforma de TV indoor
Síndico app	sistema para comunicação interna de condomínios
Steakapp	plataforma para comercialização de produtos para churrasco
Tec Mobile	plataforma de desenvolvimento de apps
TI4U	sistema de gestão para pequenas empresas
UnicornsFactory	especializada no desenvolvimento de MVP
VegPet	e-commerce de alimentos saudáveis para pets
Viacodigo	solução em sistemas para empresas
Wlsolutions	sistema de gestão para varejo
YouZ	sistema de ensino bilíngüe

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS- CONJUSCS. ITESCS, 2018.

Referências Bibliográficas:

KON, Fabio et al. A panorama of the israeli software startup ecosystem. 2014.

RIES, E. A startup enxuta. São Paulo: Lua de Papel, 2012

SAXENIAN, Anna Lee. Regional networks and the resurgence of Silicon Valley. California management review, v. 33, n. 1, p. 89-112, 1990.

THIEL, P. De zero a um: o que aprender sobre empreendedorismo com o Vale do Silício. São Paulo: Objetiva, 2014.

UP GLOBAL. Fostering a Startup and Innovation Ecosystem (white paper). 2014.

15. CONSUMO DE CARNE NO BRASIL E NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA

André Ximenes de Melo

Resumo Executivo

A presente Nota Técnica apresenta a produção, o comércio e a exportação de carnes no Brasil, no período de 1990 a 2018, com dados da OCDE e da pesquisa de orçamentos familiares dos anos de 2002-2003 a 2008-2009 realizada pelo IBGE. A Nota apresenta a situação nacional em termos consolidados, mas com a estimativa de consumo da Região do Grande ABC Paulista em 1,03% de todo consumo de carnes do Brasil para 2018.

Consumo de alimentos

Na dieta humana, a importância da carne é muito grande. As previsões de consumo de carnes têm sido geralmente abordadas a partir da perspectiva econômica de que, quando o nível de renda aumenta, o consumo de carne também aumenta (conforme Tabela 1), indicando que a carne é tradicionalmente tratada como um produto alimentar caro e desejado pelo consumidor.

Carbonari e Silva (2011) apontam que as carnes bovinas de primeira, seguidas pelas carnes suína, bovina de segunda e de frango, foram as que apresentaram maiores coeficientes de elasticidade-renda e, dessa forma, demonstraram que a carne bovina de primeira, assim como a carne suína, ainda podem crescer no consumo do mercado doméstico caso haja aumento de renda da população brasileira.

Porém, o preço desempenha um papel menor no comportamento do consumidor de carne, mesmo porque existem outros condicionantes como a qualidade, imagem, saúde e segurança alimentar que adquiriram importância no processo de mudança e nos gostos e preferências dos consumidores (OLIVEIRA, 2014).

Tabela 01 - Consumo de Carnes entre 2002-2003 a 2008-2009

Produtos	POF 2002-2003	POF 2008-2009	Variação (%)
Carne bovina	16,89	17,04	0,9
Carne suína	5,69	5,55	-2,5
Carne de frango	13,57	13,02	-4,1
Asa de frango	0,37	0,46	24,3
Carne de frango não especificada	0,36	0,96	166,7
Coxa de frango	1,17	1,59	35,9
Dorso do frango	0,08	0,14	75,0
Frango abatido (inteiro)	9,5	7,79	-18,0
Frango vivo	0,78	0,24	-69,2
Miúdos de frango	0,15	0,15	0,0
Peito de frango	1,05	1,52	44,8
Outras carnes de frango	0,11	0,17	54,5

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS- CONJUSCS. Fonte: IBGE, 2011.

Na pesquisa de orçamentos familiares de 2008, as maiores médias de consumo diário per capita de alimentos e bebidas ocorreram para café (215,1 g), feijão (182,9 g/ dia), arroz (160,3 g), sucos (145,0 g), refrigerantes (94,7 g), carne bovina (63,2 g), pão de sal (53,0 g) e sopas e caldos (50,3 g)(IBGE, 2011). A carne bovina está entre os principais alimentos mais consumidos pelos brasileiros.

A partir da relação entre consumo, gênero e faixa etária, por meio da pesquisa (POF-IBGE, 2008) é possível perceber as diferenças de consumo alimentar os homens ingerem mais arroz, feijão, carne, batata inglesa, salgados fritos e assados; as mulheres preferem verduras, saladas, café, pães de sal, gorduras, sopas, caldos e doces. Porém, os homens consomem mais unidades de bebidas destiladas e cerveja em comparação às mulheres – até cinco vezes maior. Dentre os alimentos mais consumidos pela população brasileira, a carne bovina tem uma das maiores prevalências de consumo em todo o País, o alimento contribui com 4% do total de calorias disponíveis nos domicílios, representando um terço das calorias provenientes do grupo de carnes (SOUZA et al, 2012).

Produção de Carnes

Tabela 02 - Consumo de Carnes no Brasil entre 1990-2018.

PRODUTO	VARIÁVEL	PERÍODO BASE						
		1990	1995	2000	2005	2010	2015	2018
Carne Bovina	Produção (1000 ton.)	4132	5 400.00	6 650.00	8 750.00	8 782.50	9 237.00	9 898.89
	Importação (1000 ton.)	248,67	261.50	94.12	43.72	33.39	53.49	55.00
	Consumo (1000 ton.)	4141,42	5 371.29	6 152.22	6 403.09	7 107.65	7 602.83	8 033.59
	Exportação (1000 ton.)	249,28	285.10	591.90	2 390.64	1 708.23	1 687.66	1 920.30
	Consumo Humano per capita (kg)	19,28	23.10	24.50	23.78	25.05	25.61	26.42
Carne Suína	Produção (1000 ton.)	1040	1 430.00	2 556.00	2 708.00	3 238.00	3 480.00	3 849.92
	Importação (1000 ton.)	25	11.00	0.50	0.70	9.51	26.31	22.88
	Consumo (1000 ton.)	1040	1 404.05	2 419.50	2 086.00	2 707.92	2 991.31	3 306.61
	Exportação (1000 ton.)	25	31.95	116.01	622.70	539.58	515.00	566.20
	Consumo Humano per capita (kg)	5,39	6.73	10.74	8.63	10.63	11.23	12.12
Carne de Aves	Produção (1000 ton.)	2356,5	4 050.40	6 114.00	9 707.24	12 649.30	13 523.00	14 155.67
	Importação (1000 ton.)	0,46	1.07	0.30	0.55	1.12	3.00	3.00
	Consumo (1000 ton.)	2056,96	3 617.77	5 154.39	6 701.16	8 863.00	9 297.20	9 650.86
	Exportação (1000 ton.)	300	433.70	959.91	3 006.62	3 787.42	4 228.80	4 507.81
	Consumo Humano per capita (kg)	12,04	19.56	25.80	31.29	39.27	39.36	39.90
Carne de ovino	Produção (1000 ton.)	111,71	124.13	71.50	76.00	82.40	84.71	86.11
	Importação (1000 ton.)	3,35	4.30	9.77	4.81	8.17	7.00	7.10
	Consumo (1000 ton.)	114,29	128.28	81.24	80.52	90.54	91.70	92.80
	Exportação (1000 ton.)	0,77	0.15	0.03	0.29	0.02	0.01	0.41
	Consumo Humano per capita (kg)	0,67	0.69	0.41	0.38	0.40	0.39	0.38

Fonte: OECD-FAO Agricultural Outlook, 2018.

Com base nos dados da OECD-FAO Agricultural Outlook, o crescimento de produção de carne bovina no Brasil foi de 139,6% no período de 1990 a 2018, equivalente a uma média anual de 3,06%; as importações caíram em média 5,07% ao ano, enquanto as exportações cresceram 670% nesse período; o consumo aumentou ao redor de 2,31% ao ano, menos que o crescimento de consumo anual de carne suína de 2,83% ao ano e de aves (que vem crescendo quase o dobro da carne bovina, ao redor de 4,22%, chegando a 231% no período de 1990 a 2018). No caso dos ovinos esse produto vem perdendo espaço e tem caído 1,94% ao ano conforme ilustra a tabela 02.

O Brasil tem maior rebanho bovino comercial do mundo e apresenta duas frentes diretamente ligados a genética com o objetivo de produzir animais de carne tenra e macia capazes de serem abatidos em um tempo cada vez menor. Isso é necessário para garantir o abastecimento de animais para o mercado, bem como garantir reprodutores, criação e comércio de bovinos baseados na genealogia e nas vicissitudes do pedigree para a criação de animais raros, especiais, cujos preços podem alcançar cifras altíssimas se comparados com um animal normal. Tais circunstâncias levam os dois setores a serem organizadas em cluster separados (LEAL, 2011).

No caso do frango, o Brasil atualmente é primeiro maior exportador de carne de frango do mundo com 4,382 milhões de toneladas exportadas, o segundo maior produtor com 12,9 milhões de toneladas ao ano e consome ao redor de 39,9 quilogramas por habitante ano.

Quanto aos suínos, o Brasil atualmente é quarto maior produtor com 3,73 milhões de toneladas e o quarto maior exportador com 732,9 mil toneladas exportadas, e um consumo de 12,2 quilogramas por habitante ano.

No caso das carnes bovinas, o Brasil atualmente é primeiro maior exportador do mundo com 1,92 milhões de toneladas, o segundo maior produtor com 9,898 milhões de toneladas ao ano e consome ao redor de 26,42 quilogramas por habitante ano.

No entanto, mesmo com todo esse potencial produtivo, o Brasil ainda não tem tecnologias próprias de melhoramento genético. No Instituto Nacional da Propriedade Industrial, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, consta apenas um registro de pedido de genética efetuado por pessoa física na área de frango.

Carnes na Região do Grande ABC Paulista

O consumo de carnes na Região do Grande ABC Paulista em 2018 está estimado em 110.000 toneladas de carnes de aves (frango), correspondente a 51% a mais que as carnes de bovinos (estimada em 72.745 toneladas ao ano), enquanto as carnes suínas representam 46% do consumo da carne bovina, considerando os dados da Tabela 3. A Região do Grande ABC Paulista conta com a distribuição de carnes de cordeiros (ovinos) que são importados da Patagônia (Argentina), cuja estimativa de consumo é de 1.046 toneladas no ano de 2018. Durante o levantamento de dados para esta pesquisa, não foi localizado nenhum abatedouro na Região do Grande ABC Paulista, porém algumas empresas fracionam os produtos cárneos e os transformam em derivados (embutidos).

Tabela 03 - Estimativa de consumo de carnes no ABC – 2018.

Tipos de Carne	ESTIMATIVA (kg)	% REL. BRASIL
Carne de Aves	109.860.899,40	1,14%
Carne Bovina	72.744.986,52	0,91%
Carne Suína	33.371.280,72	1,01%
Carne de Ovino	1.046.294,28	1,13%

Elaboração do próprio autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura – CONJUSCS.

Considerações finais

O Brasil ainda não despertou para a inovação tecnológica com desenvolvimento de cepas de linhagens de gado

bovino, suíno ou mesmo de aves de corte, independente de toda tecnologia disponível, apesar de ser um grande mercado produtor, exportador e consumidor das mais diversas fontes de proteína animal. O Brasil deverá despertar para a criação e desenvolvimento de patentes nas linhagens matrizes de animais para o consumo humano, pois é um excelente player no mercado internacional, mas não domina a criação e o desenvolvimento tecnologia reprodutiva animal no sentido de desenvolvimento de raças.

Estima-se que a Região do Grande ABC Paulista consome 1,03% de todos os produtos do setor de carnes produzidos no Brasil, o que representa cerca 217 milhões de quilogramas ao ano de carnes frescas, além de outras variedades de embutidos e pedaços prontos para consumo, bem como partes já temperadas para facilitar o preparo nas casas. Dessa forma, é significativa a importância do consumo dos sete municípios da Região do Grande ABC Paulista, pois equivale ao consumo médio de cinquenta e seis cidades brasileiras.

Referências Bibliográficas

CARBONARI, Thiago; SILVA, César Roberto Leite da. Estimativa Da Elasticidade-Renda Do Consumo De Carnes No Brasil Empregando Dados Em Painel. PESQUISA & DEBATE, SP, volume 23, número 1 (41) pp. 154-178, 2012.

IBGE Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

LEAL, Natacha Simei, Touros de genética, touros de genealogia: Controvérsias da pecuária brasileira. Universidade de São Paulo. Periferia. Número 15, diciembre 2011.

OLIVEIRA, Caio de Almeida, Análise do setor de carnes: Brasil, Estado de São Paulo e MRL / Caio de Almeida Oliveira. - Limeira, SP: [s.n.], 2014.

SOUZA, Amanda de M.; PEREIRA, Rosângela A.; YOKOO, Edna M.; LEVY, Renata B.; SICHIERI, Rosely. Alimentos mais consumidos no Brasil: Inquérito Nacional de Alimentação 2008-2009. Rev. Saúde Pública. 2013.

http://stats.oecd.org/Index.aspx?datasetcode=HIGH_AGLINK_2017

<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2002analise/default.shtm>

16. PERFIL DOS PESCADORES DA COLÔNIA DE PESCA Z1 DO RESERVATÓRIO BILLINGS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO EM RELAÇÃO À DOR CRÔNICA OCUPACIONAL

Beatriz Tauany Silva
Darlane Beatriz Marino Cardoso
Bianca Martins dos Santos
Julia Fontanezzi Sacramento Veltri Costa
Maria Eduarda Amaral Vieira
Rafael Fassina

Introdução:

Este estudo, realizado ao longo do curso de uma pesquisa participativa de base comunitária, representa a continuidade de uma linha de pesquisa, com foco na saúde de trabalhadores que sobrevivem da pesca (1). A lombalgia é considerada um importante problema de saúde pública e socioeconômico, por ser a principal causa de incapacidade no mundo, uma vez que, abrange em maior número a população economicamente ativa. Diversas categorias profissionais são consideradas de risco para o desenvolvimento desta afecção. Entretanto, a categoria de pescadoras ainda vem sendo pouco pesquisada.

A pesquisa faz parte de um projeto comunitário maior, no qual se tem a análise da água e o mapeamento da área metropolitana do parque Represa Billings. A pesquisa também faz parte do projeto social da liga acadêmica, como um agente de transformação social com uma intervenção ativa na comunidade após a análise dos dados.

Método:

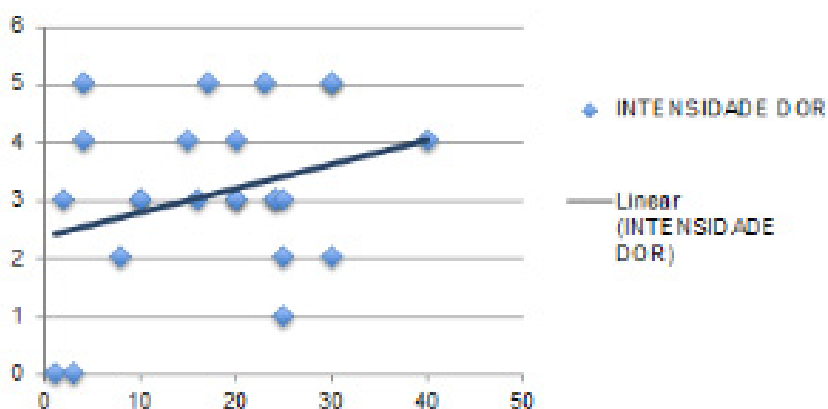
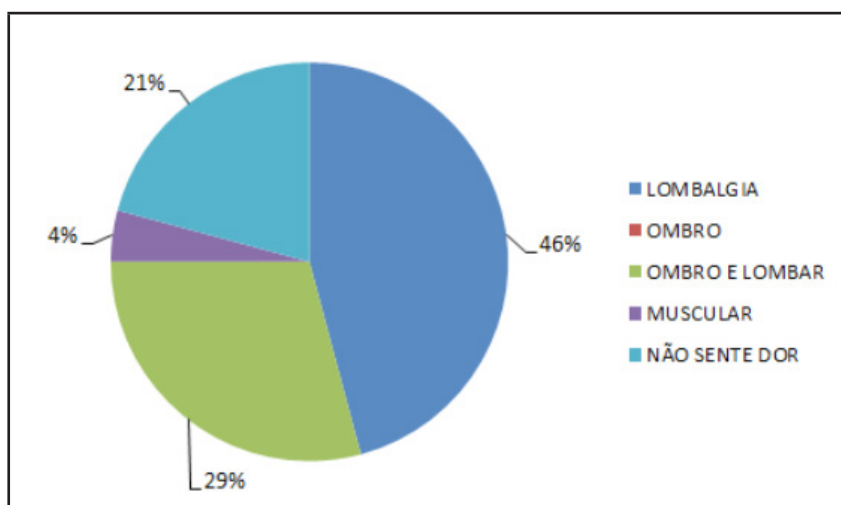
A área de estudo corresponde a uma comunidade do Parque Represa Billings da Região Metropolitana do Estado de São Paulo. Conforme o censo 2010 a população de Parque Represa Billings é distribuída entre homens e mulheres, os quais, representam 152 e 154 habitantes respectivamente. Foram elaborados os instrumentos de pesquisa e a ficha de avaliação (questionário de McGill e escala numérica da dor), além do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e todos os documentos foram submetidos e aprovados pelo Comitê de Ética da Universidade Municipal de São Caetano do Sul. A amostra do tipo não probabilística definida por acessibilidade foi composta por 24 pescadores de ambos os sexos, em exercício da função na Colônia de Pescadores Z1, que possui 280 inscritos e cadastrados, dentre a população geral de 306 pessoas. Este último trata-se de estudo epidemiológico, de corte transversal, que pretende estimar a prevalência de lombalgia e dores associadas a ocupação, identificando os seus fatores associados em uma população de pescadores.

Resultados:

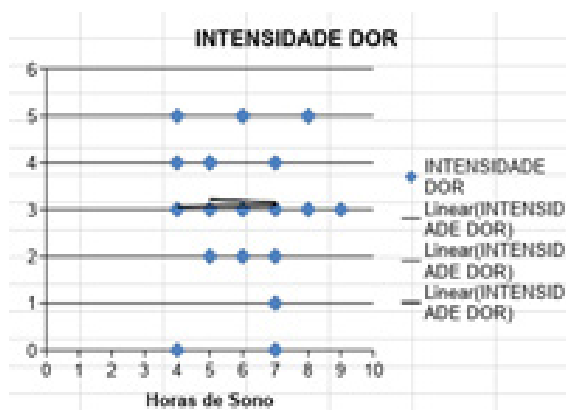
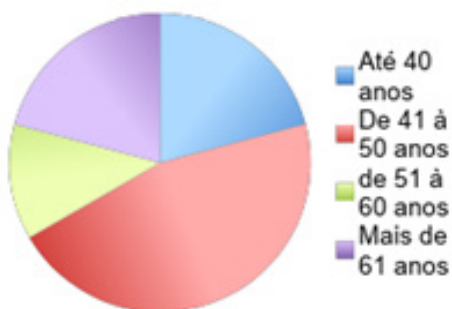
Segundo os resultados obtidos no questionário de McGill, a prevalência de lombalgia foi de 75%, considerada alta mesmo diante dos critérios adotados para a definição de caso. A lombalgia foi mais prevalente entre aqueles mais expostos ao trabalho sentado com tronco inclinado para frente durante o recolhimento do

pescado, sendo classificada uma dor de etiologia ocupacional com uma duração de em média há 7,04 anos. As dores musculares na região do ombro tiveram uma maior prevalência de (21%) sempre associadas às dores na lombar para as pessoas que fazem a limpeza dos peixes. A faixa de idade mais prevalente nos pescadores entrevistados é de 41 a 50 anos. Relacionando todos os fatores determinantes da dor relacionada, podemos correlacionar com as horas de sono e o ciclo sono-vigília.

Sabemos que a qualidade de vida e o limiar da dor correlacionam com a qualidade do sono. Por isso, como uma dor crônica ocupacional a qualidade do sono diminui, aumentando proporcionalmente os níveis de hormônios glicocorticoides e consequentemente diminui o nível de produção dos pescadores, sendo assim um problema de saúde coletiva. Como podemos observar, a média de sono dos pescadores entrevistados está em torno de 4 horas por noite.



Distribuição Idade



Conclusão:

Os dados mostram que 46% dos pescadores apresentam apenas dor lombar enquanto que 29% possuem dor no ombro concomitantemente com a dor lombar. A intensidade da dor é diretamente proporcional ao tempo de trabalho, e inversamente proporcional as horas de sono como comprovado os dados do trabalho.

Desse modo podemos aferir que a dor ocupacional dos pescadores está relacionada com a lombalgia, associada ou não com a dor no ombro do lado dominante, sendo relatada

Nota 1: O estudo teve como orientador o Prof. Dr. José Carlos Canga e Profa. Me. Marta Ângela Marcondes.

Referências Bibliográficas:

Nascimento PRC, Costa LOP. Prevalência da dor lombar no Brasil: uma revisão sistemática. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2015.

Junior MH et al. Lombalgia Ocupacional. Rev. Assoc. Med. Bras. 2010.

INDICADORES DA PESQUISA SOCIOECONÔMICA DO GRANDE ABC INPES/USCS (2009-2017)

Comprometimento da Renda

Base: Total de FAMÍLIAS
(em %)

Comprometimento da renda com...	Resultados Região do Grande ABC									
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Alimentação	18,6	18,6	18,2	19,1	21,2	21,3	23,1	23,6	23,6	
Higiene Pessoal e Limpeza	4,7	4,5	4,7	4,8	4,8	4,2	4,6	4,3	4,7	
Transporte	6,6	6,1	6,5	6,1	6,2	6,3	6,6	6,9	6,8	
Educação	2,9	3,2	3,6	3,1	3,3	2,9	2,6	3,4	2,6	
Habitação	15,8	13,4	14,3	14,5	14,2	13,5	15,6	15,9	16,4	
Serviços relacionados à comunicação	5,3	5,0	4,7	4,9	4,8	4,5	4,5	4,1	4,4	
Convênio Médico / Plano de Saúde	3,2	4,4	3,9	3,9	4,4	4,4	3,9	3,2	3,4	
Outros gastos - Saúde	2,8	2,8	2,5	2,7	2,5	2,4	2,4	2,0	2,1	
Vestuário	2,5	2,6	2,6	2,9	2,6	2,0	2,0	1,8	1,8	
Lazer / Cultura	1,7	2,1	2,3	2,4	2,1	1,5	2,1	1,7	1,7	
Gastos totais	67,4	63,4	63,6	65,3	66,3	62,8	67,2	66,9	67,3	

Nota: exclui-se as famílias que não declararam a Renda Familiar ou o valor gasto com o respectivo item

Indicadores INPES

Rendimento Familiar Líquido (em reais)

	Resultados - Região do Grande ABC								
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Rendimento Médio	4.369,36	4.466,78	4.433,88	4.599,31	4.657,99	4.719,32	4.165,41	3.744,89	3.637,91
Variação % Rendimento Médio	-	2,23	-0,74	3,73	1,28	1,32	-11,74	-10,10	-2,86

Fonte: Pesquisa Socioeconômica do Grande ABC - INPES/USCS
Base: Parcela de famílias integradas à amostra que declararam renda
Valores atualizados pelo IPC-FIPE para agosto/2017

Renda Familiar Per Capita (em reais)

	Resultados - Região do Grande ABC								
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Renda média familiar per capita	1.489,56	1.529,46	1.526,48	1.524,57	1.716,76	1.877,08	1.612,50	1.320,29	1.366,78
Variação % Renda média familiar per capita em relação ao ano anterior	-	2,68	-0,20	-0,12	12,61	9,34	-14,10	-18,12	3,52
Número médio de residentes no domicílio	3,45	3,45	3,42	3,37	3,29	3,28	3,31	3,39	3,44

Fonte: Pesquisa Socioeconômica do Grande ABC - INPES/USCS
Base: Parcela de famílias integradas à amostra que declararam renda
Valores atualizados pelo IPC-FIPE para agosto/2017

Composição da Renda Familiar (em %)

Proporção da renda proveniente de:	Resultados - Região do Grande ABC								
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Trabalho	66,6	65,2	67,0	68,0	65,0	67,9	70,1	72,0	70,4
Transferências governamentais (1)	24,1	26,1	25,1	24,8	26,8	24,5	22,2	28,0	20,3
Outras fontes (2)	9,3	8,7	7,9	7,2	8,2	7,6	7,7		9,3

Fonte: Pesquisa Socioeconômica do Grande ABC - INPES/USCS
Base: Total de famílias integradas à amostra

(1) inclui: aposentadoria, pensão, seguro desemprego, bolsa família etc

(2) inclui: rendimento de aplicações financeiras, aluguel, pensão alimentícia, previdência privada, 2a. atividade ou bico etc

Renda Familiar DISPONÍVEL (em reais)

	Resultados - Região do Grande ABC								
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Renda média familiar DISPONÍVEL	1.785,60	1.883,59	1.841,15	1.817,38	2.061,43	2.161,54	1.884,34	1.771,98	1.713,80
Variação % Renda média familiar per capita	-	5,49	-2,25	-1,29	13,43	4,86	-12,82	-5,96	-3,28

Fonte: Pesquisa Socioeconômica do Grande ABC - INPES/USCS
Base: Parcela de famílias integradas à amostra que declararam renda
Valores atualizados pelo IPC-FIPE para agosto/2017

Classificação Socioeconômica das Famílias (CRITÉRIO BRASIL: CLASSIFICAÇÃO 2008)

	Resultados - Região do Grande ABC								
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Classe A	5,1	4,8	5,8	5,0	6,0	3,3	3,3	2,9	2,7
Classe B	45,0	47,9	48,6	51,6	49,7	51,0	51,0	41,0	45,6
Classe C	43,8	42,3	40,8	38,7	40,6	41,2	40,8	50,7	46,3
Classe D	5,9	4,4	4,2	4,0	3,6	4,3	4,4	4,8	4,5
Classe E	0,2	0,4	0,2	0,1	0,1	0,0	0,1	0,2	0,2
Não informado	0,0	0,2	0,4	0,6	0,0	0,2	0,4	0,4	0,7

Fonte: Pesquisa Socioeconômica do Grande ABC - INPES/USCS
Base: Total de famílias integradas à amostra

Suficiência da Renda Familiar enquanto cobertura das despesas mensais do domicílio

	Resultados - Região do Grande ABC								
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Sempre é suficiente	34,1	34,5	45,2	40,6	50,9	54,3	51,2	46,0	46,4
É suficiente na maioria das vezes	32,2	33,8	26,8	31,0	24,5	25,2	22,3	24,0	24,3
Não é suficiente na maioria das vezes	20,8	23,8	20,1	21,8	18,5	15,3	19,2	18,1	17,7
Nunca é suficiente	12,7	7,7	7,7	6,4	5,9	5,1	7,3	11,9	11,6
Não informado	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0

Fonte: Pesquisa Socioeconômica do Grande ABC - INPES/USCS
Base: Total de famílias integradas à amostra

Nota – Primeira Carta de Conjuntura do CONJUSCS:

Aos interessados em lerem também a 1ª Carta de Conjuntura do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura – CONJUSCS, acessar o link abaixo:

<http://noticias.uscs.edu.br/lancamento-conjuscs/>

Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura – CONJUSCS
Universidade Municipal de São Caetano do Sul
Avenida Goiás, 3400 – Bairro Barcelona
São Caetano do Sul – SP
Telefone: 4239-3233
E-mail: imprensa@uscs.edu.br

Composto em Arial e Times New Roman
São Caetano do Sul - SP

